



Universidade de Brasília – UnB

Faculdade de Educação - FE

Programa de Pós-graduação em Educação Modalidade Profissional – PPGEMP

Mestrado Profissional em Educação

Área de concentração: Políticas Públicas e Gestão da Educação

A pesquisa institucional e a pós-graduação em universidades públicas: a distribuição interna de bolsas de estudo entre programas de pós-graduação da Universidade de Brasília

Valquíria Perilo Sandoval Batista

Brasília/DF

Maior – 2020



Universidade de Brasília – UnB

Faculdade de Educação - FE

Programa de Pós-graduação em Educação Modalidade Profissional – PPGEMP

Mestrado Profissional em Educação

Área de concentração: Políticas Públicas e Gestão da Educação

Valquíria Perilo Sandoval Batista

A pesquisa institucional e a pós-graduação em universidades públicas: a distribuição interna de bolsas de estudo entre programas de pós-graduação da Universidade de Brasília.

Trabalho apresentado à Faculdade de Educação da Universidade de Brasília/UnB como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Professor Doutor Bernardo Kipnis.

Brasília/DF

Maior – 2020

Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Educação - FE
Programa de Pós-graduação em Educação Modalidade Profissional – PPGEMP
Mestrado Profissional em Educação
Área de concentração: Políticas Públicas e Gestão da Educação

**A pesquisa institucional e a pós-graduação em universidades públicas:
a distribuição interna de bolsas de estudo entre programas de pós-graduação
da Universidade de Brasília.**

Valquíria Perilo Sandoval Batista

Trabalho aprovado pela Banca Examinadora:

Prof. Dr. Bernardo Kipnis – Orientador (UnB)

Prof. Dr. Ivan Rocha Neto – Membro Externo (UFRGS)

Profa. Dra. Alcyone Vasconcelos – Membro Interno (UnB)

Prof. Dr. Remi Castioni – Suplente (UnB)

Dedico este trabalho a todos que acreditam em um mundo melhor por causa da pesquisa. O paradoxo socrático “sei que nada sei” nos leva a refletir que quanto mais descobrimos, mais se tem para aprender.

AGRADECIMENTOS

A todos que responderam as minhas perguntas, na fase das entrevistas e tiraram uma parte preciosa de seu tempo para colaborar com o conhecimento e a pesquisa.

À minha família, minha irmã Ingrid e irmãos Vladimir e Vinícius que sempre me apoiam e me ajudam.

À minha mãe Bernadete, especialmente, que está e sempre esteve ao meu lado, tão inteligente, culta, aberta a continuar sempre aprendendo e evoluindo como pessoa.

Aos amigos e companheiros que compartilharam essa jornada comigo.

Aos novos amigos da BCE.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Bernardo Kipnis – PHD, é uma honra para mim tê-lo como orientador. Sempre me atendeu com bom humor e me ajudou com informações e análises interessantíssimas.

RESUMO

O trabalho teve como objetivo estabelecer a relação entre a Pesquisa Institucional ou “Institutional Research”, os indicadores institucionais da UnB e o gerenciamento da política pública da concessão de bolsa de estudo pela Capes e a UnB. Houve um aprofundamento do conhecimento da percepção dos gestores e bolsistas de diversos Programas de Pós-graduação em variadas áreas do conhecimento a partir da última nota (2017) da avaliação quadrienal da Capes. Essa diversificação no estudo tinha como objetivo ouvir as diferentes vozes sobre o mesmo assunto e proceder uma triangulação dos dados. A metodologia incluiu pesquisa bibliográfica, análise documental, entrevista semiestruturada, análise de conteúdo. Os resultados demonstraram que a distribuição de bolsas de estudo na pós-graduação das maiores universidades brasileiras não está relacionada com a quantidade de discentes totais de cada IES, nem com a quantidade de Programas de pós-graduação e tampouco com as notas de avaliação da Capes. Percebeu-se, nas entrevistas, que os bolsistas tinham opiniões superficiais sobre o que havia contribuído para que fossem selecionados para receber a bolsa de estudos. Os gestores de bolsa detalharam melhor esse processo. A conclusão da pesquisa foi que, por meio da pesquisa institucional, é possível obter informações para se entender e melhorar processos de gestão como a distribuição de bolsas pela Capes considerando as maiores IES do Brasil, entre elas a UnB. Esse processo possibilita uma melhor análise dos dados institucionais e as políticas públicas de concessão de bolsas de estudo. As informações institucionais são fundamentais para gerar transparência nas bolsas e na seleção de candidatos à pós-graduação na UnB.

Palavras-chave: Pesquisa Institucional, Indicadores institucionais, Política pública, Bolsa de estudo, Pós-Graduação.

ABSTRACT

This work establishes the relationship between “Pesquisa Institucional” or Institutional Research, the UnB's institutional indicators and the management of public policy for granting scholarships by Capes and UnB. There was a deepening of knowledge on the perception by managers and scholarship holders of several Postgraduate Programs of several areas of knowledge since the last note (2017) of Capes' four-year evaluation. This diversification on the study aimed to hear different voices on the same subject and to triangulate the data. The methodology included bibliographic research, document analysis, a semi-structured interview and content analysis. The results showed that the distribution of scholarships for postgraduation from the largest Brazilian universities is not related to the number of total students from each, neither to the number of postgraduate programs, neither to Capes evaluation grades. It was noticed in the interviews that the scholarship holders had a superficial opinion about what had contributed to their selection, to receive the scholarship. Scholarship managers have detailed this process better. The conclusion was that, through institutional research, it is possible to obtain information to understand and improve management processes such as the distribution of scholarships by Capes considering the largest universities in Brazil, including UnB. This process allows a better analysis of institutional data and public policies for granting scholarships. Institutional information was essential to generate transparency on scholarships and postgraduation students selections at UnB.

Keywords: Institutional Research, Institutional Indicators, Public Policy, Scholarship, postgraduate studies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Modelo de centros de pesquisa proposto pelo “ <i>Institutional Research</i> ”	27
Figura 2 - Triangulação de dados	54
Figura 3 - Sistema <i>Raosoft</i> - Calculadora de tamanho de amostra	56
Figura 4 - Construção de sistema de indicadores para ciclo de políticas públicas	64
Figura 5 - Critérios de seleção de candidatos à bolsa na UnB	71

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Informações coletadas sobre fomento e bolsas de pós-graduação no PDI	32
Quadro 2 - Apresentação do Programa de Apoio à Pós-Graduação – PROAP	34
Quadro 3 - Relação PROAP / Programa de Demanda Social	36
Quadro 4 - Projeto Conexão	37
Quadro 5 - Distribuição de bolsas pela Capes e pela UnB	37
Quadro 6 - Informação sobre a responsabilidade de distribuição das bolsas da Capes para as IES e da UnB para os PPGs	38
Quadro 7 - Informação sobre a distribuição de bolsas pelo INT	39
Quadro 8 - Informação sobre a Temática: ensino - Ideia 7 para a graduação	39
Quadro 9 - Distribuição de Programas de pós-graduação no Brasil por IES em 2017 (visão analítica)	46
Quadro 10 – Distribuição de discentes nos Programas de pós-graduação no Brasil, das dez IES com maior quantidade de discentes, por IES em 2017 (visão analítica).	46
Quadro 11 - Distribuição de Bolsas de pós-graduação, para as dez IES com maior quantidade de discentes no Brasil, em 2017 (visão analítica)	47
Quadro 12 – Distribuição de discentes de pós-graduação, bolsas recebidas e razão bolsa/quantidade de discente, das dez IES com maior quantidade de discentes no Brasil, por IES no Brasil em 2017 (visão analítica)	48
Quadro 13 – Distribuição das notas de pós-graduação, das dez IES com maior quantidade de discentes, avaliadas pela Capes por IES no Brasil em 2017 (visão analítica)	49
Quadro 14 - Avaliação da aderência dos indicadores às propriedades desejáveis ...	65
Quadro 15 - Indicadores de qualidade na gestão da educação superior: categorias e subcategorias temáticas	66

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AIR Forum - Association for *Institutional Research*

ABMES - Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior

Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Capes – PrInt - Programa Institucional de Internacionalização

CEPE - Câmara de Ensino Pesquisa e Extensão

Dinter - Doutorado Interinstitucional

DPG - Decanato de Pós-graduação

DS - Programa de Demanda Social

EUA – Estados Unidos da América

Geocapes - Sistema de Informações Georreferenciadas da Capes

IES – Instituição(ões) de Ensino Superior

IFES - Instituições Federais de Ensino Superior

Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Paep - Programa de Apoio a Eventos no País

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

PNPD/CAPES-2013 - Programa Nacional de Pós-Doutorado

PPG/PPGs/PPG'S – Programa(s) de pós-graduação

Proap - Programa de Apoio à Pós-graduação

Prodoutoral- Programa de Formação Doutoral Docente

Proex - Programa de Excelência Acadêmica

Prosup - Programa de Suporte à Pós-graduação de Instituições de Ensino Particulares

PVNS - Programa Professor Visitante Nacional Sênior

Reuni - Expansão do ensino superior conta com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SIEd-Sup - Questionário Eletrônico do Censo da Educação Superior no Sistema Integrado de Informações da Educação Superior

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TCU - Tribunal de Contas da União

TFCC – Trabalho Final de Conclusão de Curso

TIC Tecnologias de informação e comunicação

UnB – Universidade de Brasília

Sumário

Introdução	12
Artigo 1 - A concessão de bolsas de estudo pela CAPES e o contexto da UnB na perspectiva da pesquisa institucional	23
Artigo 2 - A percepção de gestores de bolsa e discentes de programas de pós-graduação sobre a distribuição de bolsas de estudos na Universidade de Brasília – UnB	52
Considerações finais	86
Produto Técnico - Ações afirmativas na distribuição de bolsas de estudo na Pós-graduação da UnB	87
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	102
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA GESTOR	104
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA DISCENTE	106

Introdução

O tema do projeto é a Pesquisa Institucional, chamada fora do Brasil de “*Institutional Research*”. Trata-se de uma forma de análise que possui relação com a formulação de políticas institucionais. Sua estrutura básica implica em cada um dos vários escritórios em diversos centros estratégicos realizando pesquisa e em um escritório central que coordena a interligação desses estudos.

Essas pesquisas são usadas para conhecer melhor a própria instituição, saber para onde ela está indo estrategicamente, se essa direção aponta para as metas e o aprimoramento da instituição. Essas informações são usadas para subsidiar processos decisórios internos.

As informações das pesquisas podem permitir o acompanhamento, monitoração e meta-avaliação de políticas da pós-graduação. Essas políticas precisam ser gerenciadas e acompanhadas a fim de sabermos se elas estão sendo construídas de modo eficaz.

A Pesquisa Institucional é conhecida no Brasil como o ato de se repassar informações ao governo. Em vários países, inclusive nos Estados Unidos (EUA), a chamada *Institutional Research* é uma experiência consolidada por oferecer uma estratégia, na perspectiva da intersetorialidade, eficiente para a tomada de decisão nas organizações.

Os EUA foram os precursores desse tipo de organização que, diferente do Brasil, cobre a gestão da informação e gerenciamento dos indicadores institucionais para uso em pesquisa com o objetivo de instrumentar tomadas de decisão dentro das organizações americanas.

Essa organização de processo possui a característica da intersetorialidade que ocorre quando vários setores responsáveis pelas políticas públicas trabalham em conjunto, construindo parcerias, unindo esforços, somando recursos financeiros e humanos com a finalidade de alcançar um objetivo comum.

A Universidade de Brasília (UnB) é uma instituição da Administração Pública que gerencia vários tipos de políticas públicas. Muitos programas de pós-graduação em todo o país recebem recursos de políticas públicas como a concessão de bolsas de estudo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Os critérios de seleção de cada Programa de pós-graduação (PPG) em todo o Brasil e na UnB não estão na página web da Capes.

A Capes envia as bolsas para as Instituições de Ensino Superior (IES) com uma cota para a Pró-reitoria (ou equivalente) e a distribuição pelos Cursos de pós-graduação é gerenciada pelas próprias IES.

É de interesse público as informações sobre o emprego de recursos públicos e seria interessante serem divulgadas pela Capes, a maior quantidade de informação possível, para um melhor acompanhamento dos gastos públicos pela população.

Muitas informações não são divulgadas no portal da UnB ou da Capes, elas sequer são solicitadas pela Capes e as IES também não as divulgam. Essas informações teriam a capacidade de fortalecer a imagem da Capes, dos programas de fomento e das IES apresentando para o público uma avaliação do tipo *top-down*, de seus programas, demonstrando assim uma forte capacidade reguladora do Estado.

A Capes segue alguns critérios básicos de avaliação dos Programas de Pós-graduação de todo o Brasil. Em 2007, a Capes divulgou um artigo que informava seus indicadores para a avaliação:

[...] cada área tem ampla autonomia na definição de seus critérios, o que ela faz com o representante de área, se reunindo com sua comissão e discutindo, geralmente, com os coordenadores dos cursos de mestrado e doutorado, e ainda com as sociedades científicas. Mas os principais critérios têm sua filosofia acima exposta. Faltou um, ao qual chegaremos mais tarde: o do impacto social. Este é uma novidade (CAPES, 2007, p.3)

Em 2017, a Capes informou mudanças em seus critérios básicos de avaliação e continuou adotando como critério básico o impacto social “Também inédito é o uso de dados sobre mestres e doutores formados de 1996 a 2014 para avaliar o impacto social da pós-graduação” (CAPES, 2017). Antes seus consultores só poderiam se dedicar à análise quantitativa; e outra mudança foi que a análise qualitativa poderia também ser realizada a partir das informações que os programas fornecem.

Não há um critério padrão na Pós-graduação da UnB para selecionar candidatos a bolsas de estudos nos mestrados e doutorados. Esses critérios poderiam levar em conta o impacto social, como a Capes leva em conta.

Na UnB, alguns Programas de Pós-graduação reservam vagas de ações afirmativas para candidatos à seleção da Pós-graduação, mas não há reserva de bolsa de estudos para aqueles que foram aprovados nessas cotas.

Para que se entenda como acontece o gerenciamento das bolsas de estudo na UnB, é preciso saber os motivos ou critérios utilizados para a distribuição dessas bolsas em cada área dos Programas de Pós-graduação. Para conhecermos todo o processo, precisaríamos de um detalhamento maior dessa gestão, saber como a comissão de bolsas funciona, entre outras informações.

A organização dessas informações em um só documento, facilitaria retratar rapidamente todo o processo de gestão; seria interessante poder encontrar todas essas informações ao mesmo tempo.

Sem informações detalhadas, não há como saber a realidade sobre a democratização da pós-graduação ou se os programas de pós-graduação, por meio de suas comissões de bolsa investigados, adotam critérios sociais na seleção para a bolsa de estudo, por exemplo.

Então, em que se baseiam a Capes e a UnB para distribuir bolsas de estudo pelos Programas de Pós-graduação? Qual a percepção de alunos e gestores sobre as informações e distribuição de bolsas de estudo?

Geralmente, muitos programas criam seus critérios para distribuir bolsas sem se apoiarem em pesquisas para proceder a tomada de decisão de uma maneira que os Programas de Pós-graduação pudessem formar recomendações que beneficiassem a instituição.

Alguns Programas de pós-graduação informam que, para a distribuição das bolsas de estudo, utilizam critérios sociais. Outros informam que os candidatos com mais publicações têm preferência para receber a bolsa. Outros, dizem que a prioridade é de candidatos oriundos do exterior, por fomentarem a internacionalização, entre outros motivos.

Os aspectos que poderiam ser considerados para a distribuição dessas bolsas poderiam incluir reserva de vaga para aumentar a inclusão social ou a produção científica, a internacionalização, entre outras características. No entanto, não há uma matriz de critérios que toda a UnB possa se apoiar, baseada em dados, indicadores e pesquisas.

As universidades sem pesquisas nesse assunto e sem indicadores não podem dizer qual a melhor forma de distribuição das bolsas. Essas instituições não podem, também, informar à Capes o quanto a bolsa de estudo foi útil. Não há informações explícitas ou motivos para se manter bolsas com recursos públicos; como a

importância da bolsa no contexto social ou qual o impacto científico que a bolsa poderia trazer para o nosso país.

O trabalho foi pertinente no sentido de começar a traçar um caminho para uma melhor gestão de bolsas de estudo. Os PPGs precisavam melhorar seus processos de trabalho e realizar seleções que pudessem contribuir com um melhor desempenho da Pós-graduação. Ao mesmo tempo, eles teriam de mostrar a importância da bolsa de estudo, principalmente como forma de democratização da pós-graduação, tendo um cunho social.

Com mais indicadores e pesquisa sobre as informações de distribuição das bolsas, haveria maiores possibilidades de se adotar critérios que corrigissem distorções ou lacunas que possam existir, e a UnB teria um apoio metodológico para definir as melhores práticas nesses processos.

É relevante para toda a comunidade acadêmica saber que critérios de seleção acontecem nos Programas de Pós-Graduação com notas Capes diferentes. A comparação entre PPGs distintas, com notas menores diferentes, viabilizou a construção de um modelo de boas práticas.

A partir desse modelo, as estratégias de correção e alternativas aos problemas poderiam ser planejadas para proporcionar solidez ao trabalho. Esse resultado pode se tornar uma referência e, no futuro, talvez, expandir como uma política pública abrangendo outras IES.

Como estamos atravessando um momento de crise econômica, tornou-se oportuno realizar o trabalho para que possamos acompanhar as metas da universidade e as necessidades desses bolsistas; sejam eles candidatos estrangeiros, oriundos das ações afirmativas, aqueles que aumentam a produção científica da universidade, entre outras opções.

A avaliação dos alunos, principais beneficiários das políticas públicas, sobre esses critérios, pode proporcionar uma visão crítica sobre o processo e amadurecer leituras e interpretações de todo o processo seletivo. Os desdobramentos das situações observadas pelos estudantes podem desenvolver referenciais para se conhecer melhor o fenômeno.

A hipótese se baseou na importância de haver critérios comuns básicos nas seleções das bolsas de estudo que atenderiam à diversidade de alunos pós-graduandos da UnB gerando um maior impacto social e a qualidade científica das publicações.

Para um acompanhamento centralizado das políticas públicas vigentes na Pós-graduação são necessários dados, indicadores, pesquisas oriundas dos Programas de Pós-graduação ou de setores que interagem com toda a pós-graduação da UnB.

Com as informações e pesquisas sendo realizadas e havendo trocas dessas informações, a política pública tem condições de ter subsídios para ser uma gestão descentralizada, no entanto, acompanhada e monitorada.

A universidade gera muitos dados de interesse, alguns são usados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) que faz a autoavaliação da instituição. Outros dados são utilizados pela gestão de planejamento e orçamento das IES ou por aqueles que constroem o PDI, entre outros. Entretanto, muitos dados e indicadores relevantes geralmente não são utilizados para a pesquisa institucional.

A construção de indicadores sobre a concessão de bolsas de estudo, política de ações afirmativas, internacionalização, informatização, mudanças e inovações estratégicas que acontecem nos programas de pós-graduação podem fornecer indicadores importantes para o aumento da nota Capes de toda a UnB. Por exemplo, levando-se em conta um critério adotado pela Capes, o impacto social. Um estudo nesse assunto permite que todos os programas tenham a mesma direção de melhores práticas para melhorar suas notas Capes. Os PPGs, dessa forma, podem estabelecer uma visão de como a universidade pode se comportar para saber melhorar suas estratégias.

Para apoiar a internacionalização das universidades, a Capes criou em 2018 o Programa Institucional de Internacionalização – Capes (PrInt). Segundo o jornal Nexo (ELER, 2018), a partir de 2020, todas as instituições participantes do Programa precisarão informar sua política de distribuição de cotas e método de seleção dos candidatos para a concessão de bolsas. Para responder melhor a Capes futuramente, seria útil ter um modelo já consolidado.

Além do mais, os indicadores de bolsa poderiam responder a outras questões como a causa do índice de evasão na UnB ser alto. O motivo principal poderia ser falta de bolsa de estudo. O acompanhamento de políticas de toda a Universidade, por meio de pesquisas científicas e institucionais, poderá gerar, futuramente, um impacto positivo em relação às metas organizacionais como a permanência dos alunos com a conclusão dos cursos.

A motivação dessa pesquisa teve início no atendimento de dúvidas de candidatos à seleção de mestrado e doutorado e de alunos da pós-graduação da

universidade. A sociedade, sabendo de seus direitos de transparência da informação, solicita cada vez mais entender como toda a universidade funciona.

Frequentemente, são feitos questionamentos pelos discentes e pelo público que quer estudar na UnB. Muitas dúvidas se referem aos critérios que a UnB usa para julgar assuntos diversos relacionados à pós-graduação, incluindo os usados para a seleção de concessão e manutenção de bolsas de pós-graduação.

Para o melhor atendimento possível às dúvidas relativas à Pós-graduação, é imprescindível o servidor público conhecer as informações. A pesquisa institucional pode fornecer maiores informações para subsidiar respostas para o público em geral e para fazer parte do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UnB.

A Resolução CEPE 80/2017, que regulamenta os Programas de Pós-graduação stricto sensu da UnB, diz que compete à Comissão de Pós-graduação acompanhar o Programa de Pós-graduação no que diz respeito ao desempenho dos alunos e à utilização de bolsas e recursos, definir e gerenciar a distribuição e a renovação de bolsas de estudo (CEPE, 2017).

Para entendermos como funciona toda a gestão de bolsas, tivemos que buscar documentos e elementos que nos orientaram sobre a criação e manutenção da comissão de bolsas (Comissão de Pós-graduação que acompanha as bolsas). A pesquisa nos levou a entender: quem são os envolvidos, como as atribuições da comissão de bolsa foram delegadas e que nem todas as comissões de bolsa têm a participação de discentes. Há a necessidade de se entender a descentralização da gestão da bolsa. Se ela vem sendo uma melhor estratégia, se é importante construir uma política institucional, se existe alguma necessidade da área, quais características do Programa precisam ser atendidas ou se seria melhor existirem critérios próprios de seleção na UnB, entre outras dúvidas.

Dessa forma, cada programa de pós-graduação pode conduzir sua seleção de estudantes para a concessão de bolsas de estudo conforme necessidades e características próprias. As pesquisas poderiam indicar a necessidade de critérios comuns definidos para atender a necessidade da UnB como um todo.

A proposta de coleta de informações para conhecer como os candidatos a concessão de bolsas são eleitos tem como objetivo uma melhor tomada de decisão baseada nessa pesquisa. A partir dessas primeiras informações, seria possível expandir a abrangência das informações e fazer novas pesquisas depois de um prazo

de cinco anos, com o objetivo de se verificar os impactos dessas políticas públicas da UnB.

Possibilitar o acesso rápido às informações e detectar boas práticas ou *benchmarks* reais para cada programa de pós-graduação dentro da universidade são facilidades que poderão ser úteis a fim de se saber como a UnB se situa no contexto de concessão de bolsas de estudo comparando-se com outras universidades. Isso também permitiria identificar como os critérios repercutem dentro da instituição ou para outras.

A UnB poderia fornecer subsídios para que esse trabalho possa ser replicado na estrutura de universidades similares, havendo economicidade ao adotar as mesmas estratégias. Se for um avanço para a UnB, pode dar certo em outros lugares, ajudar com um modelo pronto e consolidado, como boa prática de estratégia.

A proposta do trabalho é levar o IR como proposta de aumentar e melhorar os dados de bolsa atuais, propor uma abrangência maior de estudos para promover uma tomada de decisão baseada em pesquisas na UnB. A partir dessas pesquisas, seria possível verificar os impactos das políticas públicas da UnB após 5 anos.

Objetivo geral

Analisar a distribuição de bolsas de estudo, considerando a perspectiva da Capes e UnB, considerando-se a óptica dos bolsistas e gestores da UnB, em um contexto de Pesquisa Institucional.

Objetivos específicos

- Descrever a distribuição de bolsas pela Capes para as 10 (dez) maiores IES do Brasil;
- Analisar os critérios de distribuição de bolsas de estudo na UnB na percepção de bolsistas, ex-bolsistas e gestores da comissão de bolsas.
- Formular um modelo com sugestões de critérios e indicadores para a seleção de bolsas de estudo que poderiam ser comuns aos demais programas de pós-graduação na UnB (Produto Técnico).

Metodologia

A metodologia empregada neste trabalho foi do tipo descritiva e qualitativa, por meio do estudo de caso da UnB. Realizou-se uma análise documental do PDI e da legislação de concessão de bolsas de estudo pela agência de fomento Capes, foram analisados os dados de distribuição de bolsas pela Capes, segundo o sistema Geocapes, assim como a avaliação do último quadriênio de todos os programas de pós-graduação da UnB.

Na parte qualitativa, quanto à abordagem, foi utilizado o instrumento de entrevistas. Foi elaborado um roteiro com perguntas abertas em que foram entrevistados os gestores da comissão de bolsas de estudo do Programa Demanda Social da Capes ou CNPQ, bolsistas e ex-bolsistas. A partir das entrevistas, foi usada a análise de conteúdo para a avaliação dos resultados obtidos. Antes do contato com os discentes e gestores para as entrevistas, foi necessário elaborar um termo de aceite institucional, com toda a descrição da pesquisa para que se obter o consentimento e a autorização para a coleta de dados.

Nas entrevistas, o método de coleta de dados foi a triangulação de dados (técnica de análise de dados baseada em fontes distintas de evidência empírica). Esse procedimento permitiu combinar diferentes métodos de coleta de dados, a partir de distintas populações, diferentes perspectivas teóricas ou momentos no tempo, para consolidar suas conclusões a respeito do que foi investigado. Tratou-se de uma forma qualitativa de validação de uma pesquisa que, ao utilizar múltiplos métodos de pesquisa, permitiu a compreensão mais profunda da investigação.

A amostra escolhida abrangeu o universo de todos os programas de pós-graduação da UnB que receberam notas de avaliação Capes de 3 a 7 (PPG que obtém nota inferior a 3 é fechada após a divulgação da nota pela Capes).

Para as entrevistas, foram escolhidos discentes de pós-graduação beneficiados com a concessão de bolsa de estudo e gestores da comissão de bolsas de programas de pós-graduação, com notas de avaliação da Capes maiores de 2.

A triangulação de dados foi usada para que fosse relacionada a participação de diferentes entrevistadores para se detectar e minimizar eventuais vieses ou tendências do pesquisador. Diferentes públicos nas entrevistas permitiram respostas com visões diversificadas a respeito da mesma questão de pesquisa. Os participantes encontravam-se em situações diferentes, mas compartilhavam da mesma abordagem teórica.

Gestores de bolsa e discentes ocupam posições hierárquicas diferentes e tiveram perspectivas, sobre os mesmos assuntos, variadas. Examinaram a mesma situação de forma diferente e, então, foi possível fazer ricas comparações de dados. O conhecimento produzido nesse campo de conhecimento multifacetado levou em conta a relação entre duas referências, com o objetivo de validar ou ampliar as interpretações feitas pelo pesquisador.

Escutou-se a adequabilidade da avaliação a esses critérios de seleção a partir da comissão de bolsa de pós-graduação, que teria que ser formada por bolsistas e docentes da UnB, para uma boa consolidação de dados e conclusões a respeito do fenômeno que foi investigado.

Então, foram pesquisados diversos dados sobre os critérios adotados para a política de concessão de bolsas de estudo, se houve boa divulgação das informações, por exemplo das exigências para receber, manter e encerrar a bolsa ou de como proceder em caso de problemas na bolsa e, ainda, se os critérios são vistos como

justos na percepção dos respondentes como meio de inclusão, entre outras reflexões.

A falta de informação penaliza um bolsista que poderá descobrir tardiamente regras que já deveria saber de antemão. A instituição pode perder tempo oferecendo a bolsa para candidatos que não vão cumprir com os requisitos da pós-graduação/Capes. Essas informações podem evitar até possíveis processos judiciais.

Uma das entrevistas foi feita com o coordenador do Programa de Pós-graduação em Matemática, único que utiliza as bolsas de Demanda Social e tem nota 7 (sete), segundo a avaliação da Capes Matemática (cf. CAPES, 2018g). A razão do PPG em Matemática ter bolsa de Demanda Social foi esclarecida após a entrevista e tratava-se de uma bolsa chamada “empréstimo” direcionada para um candidato de outro país, numa emergência. Todos os cursos notas 6 e 7 na UnB utilizam outros programas de bolsa.

Foram escolhidas comissões de bolsa de curso com notas Capes 3 (três), 4 (quatro), 5 (cinco), 6 (seis) e 7 (sete). Os cursos de pós-graduação que recebem notas abaixo de 3, não podem continuar funcionando. Por essa razão, foram retirados da pesquisa por não ser permitido funcionarem e receberem novas bolsas de estudo.

Estruturação do Trabalho

A estruturação de todo o trabalho foi apoiada em uma introdução geral contendo os problemas de dois artigos, assim como suas justificativas, objetivos, metodologias e descrição de outros itens.

A parte do trabalho que apresenta dois artigos e um produto técnico, segue conforme legislação e orientação da pós-graduação e requisito para a conclusão de um TFCC.

Os dois artigos contêm suas próprias introduções, referenciais teóricos, metodologias, considerações finais e referências.

As conclusões dos artigos são apresentadas nas considerações finais que analisam todo o trabalho até então e relacionam os dois artigos.

A partir de todo o estudo e de suas considerações, surge a última parte, o produto técnico com a sua conclusão em suas próprias considerações finais.

Descrição detalhada dos requisitos do TFCC:

Artigo 1:

Título, resumo, introdução e referencial teórico sobre a distribuição de bolsas de estudo pela Capes na perspectiva da pesquisa institucional e de indicadores institucionais. A seguir, há uma pesquisa documental que permitiu a descrição da concessão de bolsas de estudo pela Capes para discentes de Pós-graduação e análise do PDI da UnB. A última subseção descreve e analisa a distribuição das bolsas de estudo entre as 10 maiores IES do Brasil, entre elas a UnB, conforme o Sistema Geocapes. A conclusão do artigo 1 está na subseção considerações finais.

Artigo 2:

Título, resumo, introdução e referencial teórico sobre a importância dos indicadores institucionais para a pesquisa institucional. O artigo segue com os principais dados retirados da pesquisa de campo, sob forma de núcleos de sentidos, com a percepção de gestores de bolsa e discentes de programas de pós-graduação sobre a distribuição de bolsas de estudos na Universidade de Brasília – UnB. A conclusão do artigo 2 está na subseção considerações finais.

Produto técnico

O produto técnico é um documento que propõe um modelo de sugestões, a partir dos dados institucionais e análises, na intenção de ajudar o processo de gestão das bolsas de estudo na UnB.

Artigo 1 - A concessão de bolsas de estudo pela CAPES e o contexto da UnB na perspectiva da pesquisa institucional

Resumo

O trabalho teve como objetivo estabelecer a relação entre a Pesquisa Institucional ou “*Institutional Research*” e o gerenciamento da política pública da concessão de bolsa de estudo pela Capes e UnB. A metodologia foi baseada em pesquisa bibliográfica, análise documental, análise do PDI e da distribuição de bolsas pelas Capes para as maiores IES do Brasil (segundo o sistema Geocapes), entre elas a UnB. A análise demonstrou que há lacunas nas informações disponibilizadas pelo PDI a respeito da distribuição de bolsas na UnB. Quem mais recebeu bolsas de estudo pela Capes, entre as maiores IES do Brasil, não recebeu por ter maior quantidade de discentes totais, nem pela maior quantidade de Programas de pós-graduação e tampouco pelas notas de avaliação da Capes. A conclusão da pesquisa foi que por meio da pesquisa institucional é possível obter informações para se entender e melhorar processos de gestão como o processo de distribuição de bolsas de estudo pela Capes. Essa tendência de gestão possibilita uma melhor análise dos dados institucionais, assim como as políticas públicas de concessão de bolsas de estudo. As informações institucionais são fundamentais para gerar transparência sobre as políticas públicas de distribuição de bolsas de estudo e na seleção de candidatos à pós-graduação na UnB.

Palavras-chave: Pesquisa Institucional, Bolsa de estudo, Capes, Universidade, UnB.

The work aimed to establish the relationship between the Institutional Research and the public policy management for scholarship’s granting by Capes and UnB. The methodology was based on bibliographic research, document analysis, PDI document analysis and the scholarships distribution by Capes to the largest institutions in Brazil (according to the Geocapes system), including UnB. The analysis showed that there are gaps in the information provided by PDI regarding the scholarship’s distribution at UnB. The institution that got the largest number of institutional scholarships by Capes was not the one that had the largest number of total students, nor the institution that had the largest number of post-graduate programs, not even the institution that had the best Capes’ evaluation scores. The research’s conclusion was that through institutional research it is possible to obtain information, understand and improve management processes such as the scholarships distribution by Capes. This management trend allows for a better analysis of institutional data, as well as public policies for scholarship’s granting. Institutional information is essential to generate transparency on public policies for the distribution of scholarships and on the candidate’s selection for post-graduation studies at UnB.

Keywords: Institutional Research, Scholarship, Capes, University, UnB

Introdução

O contexto do tema da pesquisa gira em torno da Pesquisa Institucional e o que a UnB dispõe de dados institucionais a respeito das bolsas de estudo na UnB. As maiores universidades do Brasil estão perdendo muitas bolsas de estudo todos os anos e não há um dado institucional detalhando as razões da diminuição dessas bolsas em cada IES, assim como sobre a distribuição de novas bolsas. Qual é o critério utilizado pela Capes para a gestão de bolsas de estudo e como a UnB percebe a política pública da distribuição dessas bolsas no PDI?

Não há uma pesquisa institucional da UnB detalhando e mostrando os dados sobre como ocorrem as perdas de bolsas a cada ano. A UnB aparece no sistema Geocapes como uma das 10 principais IES do país em número de alunos, de PPGs e nota Capes do Brasil. Seria interessante saber onde ocorrem menos perdas de bolsas em outras instituições para que a UnB pudesse analisar as melhores práticas dessas IES, a fim de direcionar a sua gestão de bolsas.

Objetivo geral

Analisar o PDI e a distribuição de bolsas de estudo, considerando a perspectiva da Capes e UnB, e considerando as 10 (dez) principais IES do Brasil, entre elas a UnB.

Objetivos específicos

- Apresentar os conceitos a respeito da Pesquisa Institucional ou “*Institutional Research*” no Mundo e o conceito brasileiro;
- Descrever a distribuição de bolsas pela Capes para as 10 (dez) maiores IES do Brasil;
- Analisar o PDI e seus dados institucionais relacionados à bolsa de estudo na pós-graduação.

Metodologia

A metodologia empregada neste trabalho foi do tipo descritiva e quantitativa, por meio do estudo de caso da UnB. Houve uma análise documental da legislação de concessão de bolsas de estudo pela agência de fomento Capes; foram analisados os

dados de distribuição de bolsas pela Capes; assim como a avaliação do último quadriênio de todos os programas de pós-graduação da UnB. Foi usado o sistema Geocapes, disponível na página web da Capes para que se pudesse recolher os dados para a construção das tabelas de análise de distribuição de bolsas de estudo das 10 maiores IES do Brasil, entre elas a UnB.

A Pesquisa Institucional

Durante um encontro em Houston da Associação para a Pesquisa Institucional (*Association for Institutional Research (AIR) Forum*) em 1978, foi questionado o que seria o conceito de pesquisa Institucional (*Institutional Research - IR*).

A partir desse fato, em 1993, Patrick T. Terenzini delimitou seu conceito como uma atividade que requer três níveis de inteligência organizacional. A Inteligência técnica / analítica que vem do domínio das ferramentas de análise, cada vez mais sofisticadas, que levam em conta: os motivos dos estudos a importância e para quem; o que transformará dados em informações úteis e confiáveis para a tomada de decisão estratégica na instituição de ensino superior. A Inteligência orientada aos problemas endereça o conhecimento ao que está levando administradores e líderes do corpo docente para a tomada de decisões com base em evidência empírica. Somente alguém familiarizado com a inteligência organizacional, familiarizado poderá fazer boas análises e extrair boas conclusões sobre ações e caminhos alternativos voltados para a solução de problemas. Já a Inteligência contextual expande os limites do campus. É feita uma análise da cultura dos valores e das tradições da instituição assim como sua compreensão no contexto local estadual, regional, nacional e internacional que tenham potenciais implicações. (TERENZINI, 2013).

A IR é um campo em rápida expansão e evolução nos últimos 10 a 15 anos, dentro do contexto em que um escritório exerce seu trabalho com apenas uma função administrativa geral, um agente estratégico responsável por atividades em todo o campus. Essas atividades são principalmente de tratamento da informação como avaliação, credenciamento, planejamento e conformidade. Esta evolução pode ser atribuída a vários fatores, como as crescentes demandas da educação superior, prestação de contas e a evolução da acessibilidade aos dados. (KIRBY e FLOYD, 2016).

A busca de dados transformados em pesquisa, em várias áreas, é uma importante construção de conhecimento, conforme suas necessidades de gerenciamento do mundo real, moderno, da pós-graduação, para controle de sua gestão. As pesquisas são realizadas e compartilhadas dentro e fora dos campi, coordenadas por um escritório central, dentro da própria instituição ou descentralizado (SWING e ROSS, 2016)

A coleta sistemática de dados nas universidades permite a ação de autoavaliação do ensino superior, descobre problemas de governança e fornece as informações baseadas em dados para a tomada de decisões relacionadas. Trata-se de uma abordagem importante para melhorar a qualidade do ensino superior e contribuir para seu desenvolvimento sustentável.

Há muitas vantagens de se realizar a prática da Pesquisa institucional, que vem se tornando um elemento importante de qualquer universidade. Elas podem juntar os melhores alunos (principalmente pós-graduandos), os professores e os pesquisadores mais qualificados nos níveis nacional e internacional para a tarefa de pesquisa. Há ainda abundantes recursos (laboratórios, cursos, acesso à artigos) necessários à criação de um ambiente adequado para uma pesquisa de ponta e geração de novos conhecimentos dentro de universidades. Ou seja, a universidade conta com recursos humanos como professores preparados, laboratórios montados e estrutura de pesquisa já funcionando (CHIRIKOV, 2013).

Os *Institutional Researchers* (pesquisadores institucionais fora do Brasil) têm a função de coletar, analisar, relatar e armazenar dados quantitativos e qualitativos sobre seus alunos, funcionários, currículos, ofertas de cursos, aprendizado, entre outros dados.

Esses pesquisadores têm como função o compartilhamento de dados entre si para comparar suas próprias práticas e resultados com os de instituições similares. A pesquisa institucional é a fonte de grande parte das informações fornecidas aos organismos de acreditação regionais e nacionais nos EUA, para documentar como as instituições cumprem os padrões de credenciamento.

A organização da tarefa do pesquisador institucional é dividida entre vários setores com um escritório central de pesquisa institucional, para sua coordenação. A comunicação dessas informações é realizada para o meio acadêmico, com o objetivo de comparar as suas próprias práticas com as de outras instituições semelhantes, mas também para órgãos governamentais dos Estados Unidos, para o público, entre outros. Esses profissionais têm total controle sobre quais informações são pertinentes, quais não são necessárias ou que podem influenciar alterando o que se espera saber. (SWING e ROSS, 2016).

Figura 1 - Modelo de centros de pesquisa proposto pelo “*Institutional Research*”



Fonte: Swing e Ross (2016). Traduzido e adaptado pela autora

Mary Ann Coughlin, uma respeitada ex-presidente da Associação para Pesquisa Institucional (AIR), diz que os pesquisadores institucionais têm a responsabilidade de completar relatórios obrigatórios, mas frequentemente não possuem os dados necessários. Ela destacou ainda que “eles devem possuir, além de boas habilidades em gerir dados, habilidades interpessoais notáveis para trabalhar com sucesso” (KIRBY e FLOYD, 2016).

Douglass North, economista americano, pioneiro da “*institutional economics*” (economia institucional) disse que o desenvolvimento de uma organização econômica mais eficiente é vital e tão importante para o crescimento do mundo ocidental quanto o desenvolvimento da tecnologia para impulsionar ou permitir seu crescimento.

Segundo ele, a economia institucional havia sido negligenciada, e agora deveria receber igual atenção. Com essa compreensão do papel das instituições na história

econômica e no desenvolvimento econômico, ele estimulou muitos outros a contribuir na mesma linha e ganhou, por seus esforços, o Prêmio Nobel de Economia, em 1993. (HODGSON, 2019).

Em vários países e nos Estados Unidos a Pesquisa Institucional é uma experiência consolidada, por oferecer, na perspectiva da intersectorialidade, uma estratégia eficiente para a tomada de decisão nas organizações.

A intersectorialidade ocorre quando vários setores responsáveis pelas políticas públicas trabalham em conjunto, construindo parcerias, unindo esforços e somando recursos financeiros e humanos, com a finalidade de alcançar um objetivo comum. Podemos acrescentar experiências internacionais sobre esse tipo de gestão e planejamento, e como elas vêm sendo realizados de forma cada vez mais colaborativa. O fluxo de informações pode transitar no sentido de ser utilizado, transformado em pesquisa e compartilhado, para que estratégias bem-sucedidas possam servir de modelo para outras gestões.

O IPEA (2018) exemplifica os modelos do Canadá e Estados Unidos como referências internacionais em gestão da informação no setor público. Toma como exemplo o Canadá como um dos países que tem seu Plano de Estratégico de Gestão da Informação e de Tecnologia da Informação bem desenvolvido. A estratégia, no Canadá, objetiva facilitar o compartilhamento de informações. Vários órgãos do governo funcionam como uma única organização sob o ponto de vista dos fluxos de informação. O uso de sistemas é colaborativo, mirando o planejamento e o controle de políticas.

Com efeito, vários órgãos acessam um mesmo sistema de controle e gestão, bem como fazem análises, por meio de ferramentas em comum, em um grande volume de dados. A informação sobre determinada atividade é criada uma única vez e reutilizada várias vezes. Essa informação é registrada em um sistema e compartilhada para todos, gerida como um ativo padronizado e operável. Desde o começo da era da informação, já sabemos que dado é capaz de agregar valor a uma instituição, e a gestão colaborativa é uma ideia trazida da experiência da inteligência coletiva.

A construção e distribuição da inteligência coletiva é uma tentativa de organização de uma sociedade mais humana, democrática, interdisciplinar, transdisciplinar e inclusiva. A colaboração em rede, além de atuar na diversidade, daria maior capacidade de iniciativa, rejeitando formas hierárquicas rígidas, promovendo a horizontalidade. Essa comunidade de troca de informações é incentivada pela possibilidade de expansão do conhecimento, colocando em movimento os objetivos comuns constantemente reavaliados e contextualizados. A organização do ambiente de informação coletivo daria autonomia às capacidades e competências individuais, em ambientes tradicionais e digitais. (LÉVY, 2007).

A gestão colaborativa vem se despontando como uma forma eficiente de estratégia para a tomada de decisão. A troca de informações e experiências não se resume ao âmbito da instituição, mas considera colaboração nacional e internacional, em todas as áreas do conhecimento.

Kipnis e Carvalho, em 2010, contextualizaram o papel das tecnologias nesse movimento colaborativo:

Trata-se de um momento em que as inter-relações entre diferentes países foram potencializadas pela revolução nas tecnologias de informação e comunicação (TIC), a qual permitiu uma expansão do processo de globalização de forma sem precedentes, atingindo não somente o setor econômico, mas atuando também nas esferas da educação e da cultura. (KIPNIS e CARVALHO, 2010, p. 49)

No Brasil, há uma conceituação diferente sobre a Pesquisa Institucional. Uma portaria do MEC / ABMES diz que:

O Pesquisador Institucional será responsável pela coleta de dados e preenchimento do Questionário Eletrônico do Censo da Educação Superior no Sistema Integrado de Informações da Educação Superior - SIEd-Sup". [...] As Instituições de Educação Superior deverão designar um Pesquisador Institucional para ser o interlocutor e responsável pelas informações da instituição junto a DEAES-INEP [...] O pesquisador Institucional será responsável pela coleta de dados e preenchimento do Questionário Eletrônico do Censo da Educação Superior no Sistema Integrado de Informações da Educação Superior - SIEd-Sup [...] Para cumprimento do estabelecido no parágrafo anterior, o Pesquisador Institucional será o detentor da senha Máster de acesso ao Sistema. [...] O Pesquisador Institucional poderá tornar disponível, para outras pessoas ou setores estratégicos da Instituição, uma senha Altera, que permite atualizar ou corrigir dados do Censo". (ABMES, 2005).

O Brasil pouco conhece sobre o processo de acreditação relacionado a execução das atividades de avaliação da conformidade. Esse processo visa transmitir confiança às autoridades reguladoras sobre os processos ou serviços avaliados. A acreditação no Brasil está mais relacionada à qualidade de sistemas de saúde. É uma característica dos grupos sociais quererem buscar parcerias, se associarem na intenção de juntar forças em torno de um objetivo comum, principalmente na esfera científica e acadêmica. Afinal, a busca de conhecimento e experiências é do interesse de todos.

Marchiori (2012) diz que: “na maioria dos países do primeiro mundo, pesquisas multicêntricas congregando universidades, hospitais e empresas governamentais e privadas são comumente desenvolvidas, o que timidamente está sendo implementado em nosso país.” Para o autor, é estranho essa situação somente no Brasil e explica existir uma justificativa que aborde essa questão da implementação tímida das pesquisas multicêntricas no nosso país. Ele diz que:

Causa estranheza quando se discutem, na prática, os motivos de grupos e instituições fortes, experientes e consolidados – que têm muito a oferecer para a sociedade em termos de conhecimento – não publicarem os resultados de suas pesquisas. Várias justificativas são colocadas, algumas bastante fortes e coerentes: a falta de treinamento e capacitação para organizar o seu material, a dificuldade de redigir trabalhos nos moldes acadêmicos e, a maior delas, a falta de tempo, em razão do dia-a-dia de trabalho sempre atribulado. (MARCHIORI, 2012, p.V)

A pesquisa institucional é uma proposta interessante para uma gestão inovadora e colaborativa, voltada para melhorar a tomada de decisão em todas as unidades da instituição, incluindo o órgão máximo. As estratégias de cada setor dentro de uma instituição seriam avaliadas em um escritório central que reúne os indicadores de qualidade, mede a eficácia das estratégias adotadas em toda a universidade, e poderia compará-las ao longo do tempo.

Ter um escritório central, especializado em pesquisa, capaz de traduzir dados em um retrato da situação da qualidade de uma instituição pública é cada vez mais importante na era da informação. Essa avaliação da qualidade permite trazer resultados que podem conduzir a boas práticas de gestão.

Avaliar a qualidade em educação é indispensável, na medida em que só a partir dessa avaliação se podem propor práticas conducentes a melhorar

aquela qualidade, qualquer que seja o processo utilizado para medi-la. (CABRITO, 2009, p.197)

Cabrito (2009) comenta ainda sobre o processo de medir com cautela epistemológica a qualidade da educação. Não é uma tarefa óbvia, pois são metas imprescindíveis à coerência e à necessidade de avaliar políticas públicas. A instituição, assim, conhece o seu próprio desempenho a fim de construir a excelência.

Falar de qualidade em educação é inscrever o discurso numa questão central nas políticas públicas de educação. Todavia, nem sempre lembramos que a avaliação da qualidade é um processo que migrou da esfera econômica para a educativa e não tomamos as cautelas epistemológicas necessárias na avaliação da educação. [...] Duvidar da bondade dos objetivos da avaliação da qualidade em educação é natural num processo raramente inocente que, tantas vezes, fundamenta a concorrência, a rivalidade e a discriminação, num claro processo de reprodução das exclusões e das desigualdades sociais. (CABRITO, p. 178).

Cabe aqui dizer que a avaliação rigorosa de uma instituição pública pode partir de indicadores capazes de informar o desempenho dessa instituição, sem interferências ideológicas. Podemos citar, por exemplo, que o pesquisador precisaria ser imparcial. Se o pesquisador é o gestor da política pública, ele pode tender a não ver problemas na sua fase de execução.

Sendo assim, a investigação dos critérios de seleção para a concessão de bolsas de estudo na UnB é um estudo da realização de uma política pública. Essa investigação permite que seja averiguada a eficácia da bolsa de Demanda Social do Programa de bolsas Capes. Cada critério de seleção ou ação gera um resultado que pode ser medido.

O PDI é um documento/instrumento de planejamento e gestão para a definição da missão, da política pedagógica institucional e das estratégias da instituição de ensino superior a fim de atingir suas metas e objetivos. Para que a UnB possa se conhecer e traçar um planejamento institucional inovador, ela precisa construir seu PDI com diversas informações e dados sobre a própria instituição com estratégias para os próximos anos de gestão. Essas estratégias poderiam ter maiores chances de sucesso se fossem embasadas em pesquisa. O PDI seria o documento mais adequado para apresentar os frutos da pesquisa institucional realizada em toda a extensão da universidade para divulgação pública. Analisando o último documento do PDI (2018-2022), divulgado pela UnB, no que diz respeito ao fomento e às bolsas

de estudo de pós-graduação, localizamos alguma informação nesse sentido e esclareceremos a seguir:

Quadro 1 - Informações coletadas sobre fomento e bolsas de pós-graduação no PDI

Fonte	Assunto	Informação
PDI - p. 68 - Item 6.6 - Políticas de pesquisa	Financiamento de bolsas de pesquisa (graduação e pós-graduação)	O financiamento de bolsas de pesquisa (graduação e pós-graduação) especialmente para os Programas de Iniciação Científica (PIBIC), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), com definição clara das instâncias e processos, garantindo espaço para discussão da própria agenda.
http://cnpq.br/pibic	Informações PIBIC	O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) visa apoiar a política de Iniciação Científica desenvolvida nas Instituições de Ensino e/ou Pesquisa, por meio da concessão de bolsas de Iniciação Científica (IC) a estudantes de graduação integrados na pesquisa científica. A cota de bolsas de (IC) é concedida diretamente às instituições, estas são responsáveis pela seleção dos projetos dos pesquisadores orientadores interessados em participar do Programa. Os estudantes tornam-se bolsistas a partir da indicação dos orientadores.

<p>http://memoria.cnpq.br/pibiti</p>	<p>Informações PIBITI</p>	<p>O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) tem por objetivo estimular os jovens do ensino superior nas atividades, metodologias, conhecimentos e práticas próprias ao desenvolvimento tecnológico e processos de inovação. Requisitos: cursar graduação, e dedicar-se integralmente às atividades acadêmicas e de pesquisa. Condições de participação: procure, em sua área de interesse, um pesquisador que esteja disposto a integrá-lo em sua pesquisa e a orientá-lo.</p>
<p>http://portal.mec.gov.br/pibid</p>	<p>Informações PIBID</p>	<p>O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) oferece bolsas de iniciação à docência aos alunos de cursos presenciais que se dediquem ao estágio nas escolas públicas e que, quando graduados, se comprometam com o exercício do magistério na rede pública. O objetivo é antecipar o vínculo entre os futuros mestres e as salas de aula da rede pública. Com essa iniciativa, o Pibid faz uma articulação entre a educação superior (por meio das licenciaturas), a escola e os sistemas estaduais e municipais.</p>

Fonte: PDI, página web CNPQ, MEC. Tabela organizada pelo pesquisador. Grifo nosso

Nessa parte do documento do PDI, entende-se que as bolsas informadas são apenas de graduação e não de pós-graduação como informado no título.

Quadro 2 - Apresentação do Programa de Apoio à Pós-Graduação – PROAP

Fonte	Assunto	Informação no PDI
Página 161 do PDI	Programa de Apoio à Pós-Graduação PROAP	Apresenta o montante de recursos que foram administrados pelo DPG para a pós-graduação. Os recursos vêm do – Programa de Apoio à Pós-Graduação-PROAP – da CAPES e se destinam ao custeio dos programas notas 5, 4 e 3, enquanto os programas notas 6 e 7 administram diretamente os recursos recebidos pela CAPES.
https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/PORTARIA-N-156-DE-28-DE-NOVEMBRO-DE-2014.pdf	Informação do objetivo do programa e critérios para a aplicação dos recursos - Portaria nº 156, de 28 de novembro de 2014	O Programa de Apoio à Pós-Graduação - PROAP destina-se a proporcionar melhores condições para a formação de recursos humanos e para a produção e o aprofundamento do conhecimento nos cursos de pós-graduação stricto sensu mantidos por instituições públicas, envolvendo: I - apoio às atividades inovadoras dos programas de pós-graduação (PPGs), voltadas para o seu desenvolvimento acadêmico, visando oferecer formação cada vez mais qualificada e diversificada aos estudantes de pós-graduação e pesquisadores em estágio pós-doutoral ; II - utilização dos recursos disponíveis no custeio das atividades científico- acadêmicas relacionadas à titulação de mestres e doutores e ao estágio pós-doutoral; III - o apoio ao desenvolvimento dos trabalhos de planejamento e de execução da política institucional de pós-graduação.
https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/PORTARIA-N-156-DE-28-DE-NOVEMBRO-DE-2014.pdf	Informação de requisitos e atribuições das instituições - Portaria nº 156, de 28 de novembro de 2014	Capítulo II REQUISITOS E ATRIBUIÇÕES DAS INSTITUIÇÕES. Art. 2º A instituição participante do PROAP deverá: I - possuir personalidade jurídica de direito público; II - manter programa de pós-graduação (PPG) stricto sensu recomendado pela CAPES, em funcionamento e que possua cota de bolsa do Programa de Demanda Social- DS ;III - manter estrutura

		<p>administrativa para gerência do PROAP na instituição; IV - garantir infra-estrutura de ensino e pesquisa para o funcionamento dos PPGs apoiados pelo PROAP; V - responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações estipuladas nos convênios, termos de execução descentralizada e instrumentos correlatos firmados com a CAPES; VI - coordenar a execução, o acompanhamento orçamentário e financeiro e a fiscalização do PROAP, por meio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG), ou órgão equivalente de gestão da pós-graduação stricto sensu, que se responsabilizará pela interlocução com a CAPES; VII - encaminhar à CAPES os documentos necessários à adesão e implementação do PROAP, conforme modelos disponibilizados na página eletrônica da CAPES e legislação vigente; VIII - divulgar internamente todos os comunicados enviados pela CAPES; IX - solicitar à CAPES, caso necessário, remanejamento de recursos entre os PPGs, de forma a otimizar sua execução plena; X - efetuar, de acordo com a legislação vigente e quando couber, a prestação de contas e apresentar os relatórios de cumprimento de objeto, conforme modelos disponibilizados na página eletrônica da CAPES.</p>
--	--	---

Fonte: PDI, Página web Capes. Tabela organizada pelo pesquisador. Grifo nosso

No documento: Portaria nº 156, de 28 de novembro de 2014 - Aprova o novo regulamento do Programa de Apoio à Pós-graduação – PROAP, observamos o requisito de que todos os PPGs, para receber recursos PROAP, devem possuir cota de bolsa do Programa de Demanda Social.

Ainda na página 161 do PDI, no quadro 23, a linha com a informação: Recursos PROAP/ Manutenção dos PPG'S, informa que todos os PPGs da UnB são beneficiados com o Programa PROAP. Como é requisito possuir cota de bolsa do Programa de Demanda Social, infere-se pelo PDI que todos os programas de pós-graduação da UnB têm cota de bolsa do Programa de Demanda Social.

Não foi localizado nas Portarias 52 ou 76 da Capes se a administração dos recursos poderia ser descentralizada para alguns PPGs e centralizada para outros, conforme suas notas de avaliação.

Quadro 3 – Relação PROAP / Programa de Demanda Social

Fonte	Assunto	Informação
PDI - p. 162 - Tabela número de cursos de pós-graduação stricto sensu e lato sensu. Linhas com a informação: Recursos PROAP/ Manutenção dos PPG'S	Informação de quais Programas de pós-graduação recebem recursos PROAP	Todos os PPG'S
https://capes.gov.br/imagens/stories/download/editalis/19122019-DS-IES-e-PPG.pdf	Relação das Instituições de Ensino Superior e Programas de Pós-Graduação participantes, divulgado em 19/12/2018	Aparecem apenas 68 (sessenta e oito) programas de pós-graduação atendidos
https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/	Seleção: Distribuição de programas de pós-graduação no Brasil. Ano 2017, visão analítica, por IES.	Aparece o total de 90 (noventa) programas de pós-graduação
http://avaliacaoquadriennial.capes.gov.br/resultado-da-avaliacao-quadriennial-2017-2/6_Resultados%20finais_por%20IES_programas%20academicos.xlsx?attredirects=0&d=1	Programas acadêmicos da UnB avaliados pela Capes	82 (oitenta e dois) programas de pós-graduação.
http://avaliacaoquadriennial.capes.gov.br/resultado-da-avaliacao-quadriennial-2017-2/8_Resultados%20finais_por%20IES_programas%20profissionais.xlsx?attredirects=0&d=1	Programas profissionais da UnB avaliados pela Capes	11(onze) programas de pós-graduação.

ssionais.xlsx?attredirects=0&d=1		
----------------------------------	--	--

Fonte: PDI, Página web Capes. Tabela organizada pelo pesquisador. Grifo nosso

Nas informações do PDI, cursos com nota 6 recebem recursos PROAP, já na página da Capes, só o curso de Pós-graduação em Matemática, dentre os cursos notas 6 e 7, aparece recebendo bolsa da Demanda Social. Nenhum Programa de pós-graduação profissional na UnB recebe bolsa de estudo. O programa de Demanda Social – DS da Capes é um programa específico para bolsas de estudo para a Pós-Graduação Stricto Sensu, com qualquer nota Capes.

Quadro 4- Projeto Conexão

Fonte	Assunto	Informação
PDI, pág. 149	Projeto Conexão	Projeto Conexão: pesquisar e desvelar a UnB, lançado em julho de 2017, que prevê a concessão de bolsas para estudantes da graduação e pós-graduação , sob a coordenação de professores que desejem pesquisar a UnB e propor alternativas concretas às demandas da instituição
http://dpg.unb.br/index.php?searchword=conex%C3%A3o&searchphrase=all&lt;emid=161&option=com_search	Pesquisa na página do DPG sobre o projeto Conexão em 03/07/2019	Nada foi encontrado

Fonte: PDI, Página web DPG/UnB. Tabela organizada pelo pesquisador. Grifo nosso

Quadro 5 - Distribuição de bolsas pela Capes e pela UnB

Fonte	Assunto	Informação
PDI, pág. 163	Distribuição das bolsas Capes	A CAPES também é responsável pelo pagamento e administração das bolsas de MS e DR. Cabe ao DPG a implantação das bolsas cujas

		cotas dos PPGs são definidas pela CAPES.
http://dpg.unb.br/index.php?searchword=bolsas&searchphrase=all&Itemid=161&option=com_search	Pesquisa na página do DPG sobre como é a distribuição de bolsas entre os PPGs da UnB em 03/07/2019	Nada foi encontrado
PDI, pág. 163	Distribuição de bolsas sem a informação da relação bolsas por aluno	Nesse contexto, o programa de Demanda Social (DS) de bolsas permitiu a implementação de aproximadamente 1.470 bolsas de MS/DR em 2014 e atualmente estão em curso 1.554 bolsas. O número médio de bolsas implementadas por ano foi de 1.530, com pequena variação no período analisado

Fonte: PDI, Página web DPG/UnB. Tabela organizada pelo pesquisador. Grifo nosso

Quadro 6 - Informação sobre a responsabilidade de distribuição das bolsas da Capes para as IES e da UnB para os PPGs

Fonte	Assunto	Informação
PDI, pág. 163	Distribuição das bolsas Capes	A CAPES também é responsável pelo pagamento e administração das bolsas de MS e DR. Cabe ao DPG a implantação das bolsas cujas cotas dos PPGs são definidas pela CAPES.
http://dpg.unb.br/index.php?searchword=bolsas&searchphrase=all&Itemid=161&option=com_search	Pesquisa na página do DPG sobre como é a distribuição de bolsas entre os PPGs da UnB em 03/07/2019	Nada foi encontrado
PDI, pág. 163	Distribuição de bolsas sem a informação da relação bolsas por aluno	Nesse contexto, o programa de Demanda Social (DS) de bolsas permitiu a implementação de aproximadamente 1.470 bolsas de MS/DR em 2014 e atualmente estão em curso 1.554 bolsas. O número médio de bolsas implementadas por ano foi de 1.530,

		com pequena variação no período analisado.
--	--	---

Fonte: PDI, Página web DPG/UnB. Tabela organizada pelo pesquisador. Grifo nosso

Não há esclarecimento da porcentagem de aumento das bolsas sobre a porcentagem de aumento dos discentes para verificação do aumento ou diminuição da contemplação de bolsas pelos discentes. Não foi encontrada uma regra ou documento que explique como é realizada a distribuição de bolsas da Capes para os PPGs.

Quadro 7 - Informação sobre a distribuição de bolsas pelo INT

Fonte	Assunto	Informação
PDI, pág. 262	Distribuição de bolsas de estudo pelo INT	Somatório da quantidade de novas bolsas para alunos internacionais (com recursos do INT).

Fonte: PDI. Tabela organizada pelo pesquisador. Grifo nosso.

No quadro da Assessoria de Assuntos Internacionais (INT) do PDI, há um somatório da quantidade de novas bolsas para alunos internacionais (com recursos do INT), mas não há como concluir que essas bolsas foram destinadas à Pós-Graduação.

Quadro 8 - Informação sobre a Temática: ensino -Ideia 7 para a graduação

Fonte	Assunto	Informação
PDI, pág. 318	Temática: ensino - Ideia 7 para a graduação	Ensino - Ideia 7: Estimular a proposição de ideias resolutivas de problemas da UnB e de Brasília no decorrer dos cursos de graduação : Muitos problemas que temos, tanto na UnB como em Brasília, são temas de estudo de diversas disciplinas (desde problemas ambientais como a gestão de resíduos até o atendimento psicopedagógico de alunos dos mais diversos cursos), e não estimulamos a

		<p>resolução, ou pelo menos a proposição de ideias que possam ser abarcadas pela administração da Universidade, durante essas disciplinas. Criar uma linha de fomento com bolsas para alunos (graduação e pós-graduação) que sejam líderes de equipes ou monitores para a busca das ações resolutivas, pode ser uma via interessante de incrementar o aprendizado teórico com a realidade prática.</p>
--	--	---

Fonte: PDI. Tabela organizada pelo pesquisador. Grifo nosso.

Apesar do título se referir somente aos cursos de graduação, o texto fala sobre criar uma linha de fomento com bolsas para alunos (graduação e pós-graduação).

Percebem-se neste PDI da UnB, lacunas sobre o gerenciamento das bolsas de estudo da pós-graduação. Não localizamos o acompanhamento das políticas públicas de concessão de bolsa de estudo, não há informações de uma avaliação, monitoramento e meta-avaliação de como esses recursos de concessão de bolsas de estudo estão sendo gerenciados pela UnB e repassados à Capes.

A UnB, por exemplo, é uma instituição da Administração Pública que gerencia vários tipos de políticas públicas. As políticas públicas não passam de processos em que se permite resolver um problema público por meio de serviços, financiamento e outras formas.

O financiamento nas IES pode alcançar a graduação e a pós-graduação; e o principal órgão público que distribui recursos à Pós-Graduação é a Capes. A Capes fomenta a concessão de bolsas de estudo nas universidades e espera uma contrapartida das IES.

É necessário um planejamento de aplicação e fiscalização do investimento da Capes seguindo uma série de regras e conhecimentos técnicos. Com conhecimentos em pesquisa, são possíveis a avaliação e o aprimoramento constante desse financiamento, com vistas a tornar essas ações cada vez mais eficientes.

Concessão de bolsas de estudo para discentes de Pós-graduação na UnB

Conforme a página web da Capes sobre Programas Institucionais e bolsas no país, os seguintes 8 (oito) programas estão ativos e disponíveis à todas as IES do Brasil (CAPES, 2019):

a) Programa de Demanda Social (DS) e Programa de Apoio à Pós-graduação (PROAP). É o programa objeto dessa pesquisa e tem como objetivo conceder bolsas a cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado).

b) Programa de Excelência Acadêmica (Proex). Tem como objetivo manter o padrão de qualidade dos programas de pós-graduação com notas 6 ou 7.

c) Programa de Suporte à Pós-graduação de Instituições de Ensino Particulares (PROSUP). Tem como objetivo o apoio à pós-graduação stricto sensu das instituições de ensino superior particulares.

d) Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD/CAPES-2013). O PNPD/CAPES-2013. Tem como objetivo realizar o apoio às atividades em nível de estágio pós-doutoral destinadas aos Programas de Pós-graduação stricto sensu acadêmicos recomendados pela CAPES.

e) Doutorado Interinstitucional (DINTER). Tem como objetivo viabilizar a formação de doutorandos para a docência de Instituições Públicas de Ensino Superior.

f) Programa de Formação Doutoral Docente (PRODOUTORAL). Tem como objetivo a formação, em nível de doutorado no Brasil, dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) para favorecer a mobilidade dos bolsistas e seus orientadores.

g) Programa Professor Visitante Nacional Sênior (PVNS). Tem como objetivo apoiar a consolidação das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) criadas a partir do ano 2000 e das participantes do programa REUNI, com campi fora da sede.

h) Programa de Apoio a Eventos no País (PAEP). Tem como objetivo conceder recursos a eventos de caráter científico, tecnológico e cultural de curta duração.

O programa de Demanda Social – DS da Capes é um programa específico para bolsas de estudo para a pós-graduação stricto sensu, considerado de porte grande por abranger bolsas de pós-graduação para todos os programas de pós-graduação, independente da nota de avaliação da Capes. Por essa razão, tornou-se objeto do nosso trabalho.

A legislação vigente do Programa de Demanda Social é a Portaria Capes n 76 de 14 de abril de 2010 (Regulamento do Programa Demanda Social). Sobre a comissão de bolsas, a Portaria 76, o artigo 2º. diz que a instituição que pretender participar no DS deverá:

instituir Comissão de Bolsas CAPES/DS para cada Programa de Pós-Graduação - PPG. A critério do Programa, a Comissão de Bolsas CAPES/DS poderá ser o próprio colegiado do PPG; (CAPES, 2010)

Com referência às atribuições da Capes e das IES, a Portaria 76, diz em seu artigo 3, sobre as atribuições da Capes:

São atribuições da CAPES: I - definir as bolsas que serão concedidas para os programas de pós-graduação e a quota da Pró-Reitoria; II - efetuar, observada a disponibilidade orçamentária, o repasse dos recursos necessários à execução do DS; III - acompanhar e avaliar o desempenho do Programa. (CAPES, 2010)

Já o artigo 4º fala das atribuições das Instituições participantes, inclusive sobre a formação da comissão de bolsas:

Na execução do DS, são atribuições das instituições participantes :I - incumbir formalmente à Pró-Reitoria, ou a unidade equivalente, a responsabilidade pela coordenação da execução do Programa; II - representar a Instituição perante a CAPES nas relações atinentes ao Programa; III - supervisionar as atividades do DS no âmbito de sua instituição; IV - garantir o funcionamento das Comissões de Bolsas CAPES/DS em suas dependências, que será constituída por três membros, no mínimo, composta pelo Coordenador do Programa, por um representante do corpo docente e do discente, sendo os dois últimos escolhidos por seus pares, em eleição específica para tal fim, respeitados os seguintes requisitos: a) no caso do representante docente, deverá fazer parte do quadro permanente de professores do Programa; b) no caso do representante discente, deverá estar, há pelo menos um ano, integrado às atividades do Programa, como aluno regular. V - preparar e enviar a CAPES toda a documentação necessária à implementação do

Programa; VI - proceder ao pagamento dos bolsistas, quando for o caso, evitando atrasos ou demoras, e informar mensalmente a CAPES, sobre as respectivas datas da efetivação; VII - cumprir rigorosamente e divulgar entre os candidatos e bolsistas todas as normas do Programa e o teor das comunicações pertinentes feitas pela CAPES; VIII - cientificar os bolsistas de que seu tempo de estudos somente será computado para fins de aposentadoria se efetuadas contribuições para a Seguridade Social, como "contribuinte facultativo", (art. 14 e 21, da Lei nº 8.212, de 24/07/91); IX - restituir integral e imediatamente à CAPES todos os recursos aplicados sem a observância das normas do DS, procedendo a apuração das eventuais infrações ocorridas no âmbito de sua atuação, para cobrança regressiva, quando couber; X - disponibilizar à Coordenação de Gestão de Demanda Social - CDS/DPB, via on-line, até o dia 15 de cada mês, as alterações ocorridas em relação ao mês em curso dos bolsistas do Programa e informar os casos de ex-bolsistas CAPES que foram desligados dos Programas de Pós-graduação e que não concluíram seus cursos; XI - apresentar, nos prazos estabelecidos, o relatório de cumprimento de objeto, conforme legislação federal em vigor; XII - interagir com a CAPES para o aperfeiçoamento do Programa e o desenvolvimento da Pós-Graduação; XIII - apresentar, prontamente, quaisquer relatórios solicitados pela CAPES e praticar todos os demais atos necessários ao bom funcionamento do Programa; XIV - divulgar amplamente em diferentes mídias, inclusive em sítio específico do programa ou da Instituição de Ensino Superior, os critérios a serem utilizados na seleção de alunos de mestrado e de doutorado dos Programas de Pós-graduação apoiados pelo DS. (CAPES, 2010)

Ainda na Portaria 76, de 14 de abril de 2010, da Capes, nas Atribuições da Comissão de Bolsas CAPES/DS, o seu artigo 5º diz:

São atribuições da Comissão de Bolsas CAPES/DS: I - observar as normas do Programa e zelar pelo seu cumprimento; II - examinar à luz dos critérios estabelecidos as solicitações dos candidatos a bolsa; III - **selecionar os candidatos às bolsas do Programa mediante critérios que priorizem o mérito acadêmico, comunicando à Pró-Reitoria ou à Unidade equivalente os critérios adotados** e os dados individuais dos alunos selecionados; IV - manter um sistema de acompanhamento do desempenho acadêmico dos bolsistas e do cumprimento das diferentes fases previstas no Programa de estudos, apto a fornecer a qualquer momento um diagnóstico do estágio do desenvolvimento do trabalho dos bolsistas em relação à duração das bolsas, para verificação pela IES ou pela CAPES; V - manter

arquivo atualizado, com informações administrativas individuais dos bolsistas, permanentemente disponível para a CAPES. (CAPES, 2010)

No dia 19/12/2018, foram divulgados os programas de pós-graduação da UnB que recebem bolsa do Programa de Demanda Social.

Os cursos que receberam bolsa do Programa Demanda Social e que tiveram nota 3 na última avaliação da Capes (quadriênio 2017) foram 9 (nove), são eles: Ciências da Reabilitação, Ciências de Materiais, Ciências Florestais, Design, Engenharia Biomédica, Integridade de Materiais da Engenharia, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, Música, Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos.

Os cursos que receberam bolsa do Programa Demanda Social e que tiveram nota 4 na última avaliação da Capes (quadriênio 2017) foram 37 (trinta e sete), são eles: Agronegócios, Agronomia, Arquitetura e Urbanismo, Artes, Artes Cênicas, Biologia Animal, Biologia Microbiana, Biotecnologia e Biodiversidade - Rede Pró-Centro-Oeste, Ciências Ambientais, Ciências Contábeis, Ciências do Comportamento, Ciências e Tecnologias em Saúde, Ciências Farmacêuticas, Ciências Mecânicas, Comunicação, Direitos Humanos e Cidadania, Educação em Ciências, Educação Física, Enfermagem, Engenharia de Sistemas Eletrônicos e de Automação, Engenharia Elétrica, Estatística, Estruturas e Construção Civil, Estudos Comparados Sobre as Américas, Estudos de Tradução, Filosofia, Física, Geociências Aplicadas e Geodinâmica, História, Linguística Aplicada, Medicina Tropical, Metafísica, Nanociência e Nanobiotecnologia, Nutrição Humana, Saúde Animal, Saúde Coletiva e Zoologia.

Os cursos que receberam bolsa do Programa Demanda Social e que tiveram nota 5 na última avaliação da Capes (quadriênio 2017) foram 15 (quinze), são eles: Administração, Bioética, Ciências Animais, Ciências da Informação, Ciências da Saúde, Ciências Médicas, Educação, Fitopatologia, Geografia, Informática, Linguística, Literatura, Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde, Psicologia Clínica e Cultura e Química.

Nenhum curso recebeu bolsa do Programa Demanda Social que teve nota 5 na última avaliação da Capes (quadriênio 2017). O curso que recebeu bolsa do Programa

Demanda Social e teve nota 7 na última avaliação da Capes (quadriênio 2017) foi apenas 1 (hum): PPG em Matemática.

Contexto da UnB na distribuição de bolsas de estudo no Brasil, conforme o Sistema Geocapes

O Sistema de Informações Georreferenciadas da Capes (Geocapes) contém dados que são capazes de contextualizar as IES dentro do nosso país. Entre essas IES, está a UnB, que representa uma das 10 universidades com maior quantidade de discentes de pós-graduação do Brasil. O sistema Geocapes informa a quantidade de Programas de pós-graduação de cada IES, assim como a quantidade de discentes, bolsas, fomento de Pós-graduação distribuídos pelo Brasil, entre outras informações.

Os dados do sistema Geocapes podem ser obtidos por meio de planilhas (visão analítica) e por meio de figuras de localização (visão geográfica). A visão analítica (planilhas) tem maior capacidade de ser manipulada para retornar informações mais específicas. As planilhas a seguir foram obtidas por meio do sistema Geocapes, da Capes, e foram adaptadas para retornar as informações necessárias para a pesquisa, como a distribuição dos Programas de pós-graduação em todo o Brasil.

A Portaria 76 da Capes estabelece as definições para a distribuição do número de bolsas, em seu artigo 7º, com os requisitos que deverão ser seguidos:

As definições do número de bolsas obedecerão aos seguintes requisitos: I - política de apoio prioritário às áreas estratégicas estabelecidas pela CAPES; II - característica, localização, dimensão e desempenho do curso; III - necessidades de formação mais prementes verificadas no país, sempre que resultante de diagnóstico e estudos. Parágrafo Único. As bolsas não utilizadas pelos Programas de Pós-Graduação serão recolhidas pela CAPES e redistribuídas entre outros Programas de Pós-Graduação participantes do DS, visando uma melhor utilização das bolsas deste Programa. (CAPES, 2010).

O artigo 7º explica como acontece a distribuição de bolsas e quais critérios a Capes utiliza para realizar essa distribuição como característica, localização, dimensão e desempenho do curso. Com os dados do sistema Geocapes, podemos analisar o contexto das IES em que esses cursos se encontram.

Quadro 9 - Distribuição de Programas de pós-graduação no Brasil por IES em 2017 (visão analítica)

N	Sigla	UF	Dout.	Mest.	Mest. Prof.	Mest/Dout	Total Linha
1	USP	SP	11	13	14	136	174
2	UFRJ	RJ	2	6	23	89	120
3	UNB	DF	2	14	8	66	90
4	UFRGS	RS	1	8	7	73	89
5	UFMG	MG	1	7	7	68	83
6	UFPE	PE	1	21	8	50	80
7	UFBA	BA	4	17	9	47	77
8	UFF	RJ	2	21	14	40	77
9	UFRN	RN	1	23	17	35	76
10	UFPA	PA	2	23	15	35	75
Total			27	153	122	639	941

Fonte: Adaptado do Sistema Geocapes - Capes, 2019

A figura acima informa as dez IES com mais Programas de pós-graduação no Brasil. Podemos observar que a UnB se situa como a terceira IES com maior quantidade de programas de pós-graduação no país. Entre as universidades federais, apenas a UFRJ supera a UnB.

Quadro 10 - Distribuição de discentes nos Programas de pós-graduação no Brasil, das dez IES com maior quantidade de discentes, por IES em 2017 (visão analítica)

N	Sigla	UF	Dout.	Mest.	M. Prof.	Total Disc
1	USP	SP	8685	7100	432	16217
2	UFRJ	RJ	5679	4439	1005	11123
3	UFRGS	RS	5018	4246	243	9507
4	UNICAMP	SP	4964	3303	234	8501
5	UFMG	MG	4421	3514	385	8320
6	UFSC	SC	3356	3166	407	6929
7	UNB	DF	3319	3164	439	6922
8	UFPE	PE	3300	2882	314	6496
9	UFF	RJ	2337	2739	1086	6162
10	UFBA	BA	2946	2732	436	6114
Total			44025	37285	4981	86291

Fonte: Adaptado do Sistema Geocapes - Capes, 2019

A figura acima retorna as 10 IES com a maior quantidade de discentes de pós-graduação no Brasil. A UnB aparece como sexta colocada, com o total de 6922 discentes. As universidades estaduais USP e Unicamp superam a UnB na quantidade de discentes, pois nelas se concentram 16.217 e 8.505 discentes respectivamente. Entre as universidades federais, a UnB aparece em quarto lugar. É superada apenas pelas UFRJ, UFRGS e UFMG.

As bolsas Capes são distribuídas às IES para as seguintes categorias:

Coordenador Geral IsF (CGI), Coordenador Pedagógico IsF (CPI), Doutorado Pleno (DP), Iniciação Científica (IC), Mestrado (ME), Mestrado Profissional (MP), Professor Visitante Nacional Sênior (PVNS), Professor Visitante (PV), Professor IsF (PI), Pós-Doutorado (PD) e Supervisão (S).

Quadro 11 - Distribuição de Bolsas de pós-graduação, para as dez IES com maior quantidade de discentes no Brasil, em 2017 (visão analítica)

N	Sigla	UF	CGI	CPI	DP	IC	ME	PVNS	PV	PI	PD	Total
1	USP	SP	1	1	3015	50	2021	1	9	6	586	5690
2	UFRJ	RJ	1	1	1761	86	1410	2	3	10	399	3673
3	UFRGS	RS	1	3	1891	44	1246	0	0	15	268	3468
4	UNICAMP	SP	1	1	1630	22	1000	1	0	6	249	2910
5	UFMG	MG	1	2	1653	60	1232	1	1	10	262	3222
6	UFSC	SC	1	2	1401	50	1220	1	0	9	195	2879
7	UNB	DF	1	6	1090	37	1007	1	0	11	143	2296
8	UFPE	PE	1	1	938	41	908	2	0	6	164	2061
9	UFF	RJ	1	1	911	39	1054	3	2	11	138	2160
10	UFBA	BA	1	0	791	33	816	0	1	5	104	1751
Total			10	18	15081	462	11914	12	16	89	2508	30110

Fonte: Adaptado do Sistema Geocapes - Capes, 2019

Quando verificamos a tabela de distribuição de bolsas de pós-graduação no Brasil por IES, a UnB aparece descendo sua classificação para a oitava colocação. É superada pelas universidades estaduais USP e UNICAMP. As universidades federais UFRJ, UFRGS, UFMG, UFPR e UFSC também superam a UnB.

Quadro 12 - Distribuição de discentes de pós-graduação, bolsas recebidas e razão bolsa/quantidade de discente, das dez IES com maior quantidade de discentes no Brasil, por IES no Brasil em 2017 (visão analítica)

N	Sigla	UF	Dout.	Mest.	M. Prof.	Total Disc.	Bolsas	Bolsa/Disc
1	USP	SP	8685	7100	432	16217	5690	0,3508
2	UFRJ	RJ	5679	4439	1005	11123	3676	0,3305
3	UFRGS	RS	5018	4246	243	9507	3468	0,3648
4	UNICAMP	SP	4964	3303	234	8501	2910	0,3423
5	UFMG	MG	4421	3514	385	8320	3222	0,3872
6	UFSC	SC	3356	3166	407	6929	2879	0,4155
7	UNB	DF	3319	3164	439	6922	2296	0,3317
8	UFPE	PE	3300	2882	314	6496	2061	0,3173
9	UFF	RJ	2337	2739	1086	6162	2160	0,3505
10	UFBA	BA	2946	2732	436	6114	1751	0,2863
Total			44025	37285	4981	86291	30113	

Fonte: Adaptado do Sistema Geocapes - Capes, 2019

A UnB é a sétima colocada em número de discentes do Brasil, no entanto, só recebe 33 bolsas para cada 100 discentes. A UFSC, com quase a mesma quantidade de alunos que a UnB, recebe 41 bolsas para cada 100 discentes. Percebe-se que a distribuição de bolsas não é em função do número de discentes pois mesmo sendo a USP a IES com a maior quantidade de discentes matriculados, ela recebe 35 bolsas para cada 100 discentes. Já a IES UFSC, sexto lugar na quantidade de discentes em todo Brasil é a IES que mais recebe bolsas. Ela recebe 41 bolsas para cada 100 discentes.

No final de 2017, a Capes divulgou a avaliação do último quadriênio (2017) com as notas de todos os programas de pós-graduação da UnB cadastradas em seu Portal Sucupira.

As notas Capes variam de 2 a 7, sendo que Programas de pós-graduação que recebem nota 2, não podem mais realizar seleção de alunos de pós-graduação até que o curso se encerre.

Quadro 13 - Distribuição das notas de pós-graduação, das dez IES com maior quantidade de discentes, avaliadas pela Capes por IES no Brasil em 2017 (visão analítica)

N	Sigla	Nota 7	Nota 6	Nota 5	Nota 4	Nota 3	Total
1	USP	26	23	52	46	5	152
2	UFRJ	17	23	24	22	3	89
3	UFRGS	16	20	22	12	6	76
4	Unicamp	13	16	15	15	1	60
5	UFMG	16	18	19	15	4	72
6	UFSC	3	17	23	12	7	62
7	UnB	5	10	15	37	9	76
8	UFPE	3	6	19	23	16	67
9	UFF	1	8	9	28	11	57
10	UFBA	1	4	12	37	11	65
Total		101	145	210	247	73	776

Fonte: Adaptado de Sistema Geocapes - Capes, 2019

As 10 IES com maior quantidade de discentes de pós-graduação no Brasil não seguem um padrão pelo qual quanto maior a quantidade de discentes, mais notas 7 - ou próximas de 7 - elas apresentam. A UnB tem mais notas 4 que qualquer outra nota, sendo superada pelas IES estaduais USP e Unicamp. É superada também pelas IES federais UFRJ, UFRGS, UFMG e UFSC. No entanto, a UnB apresenta 5 notas máximas 7. A UFSC tem apenas 3, mesma quantidade que a UFPE.

A figura acima mostra que a UnB só recebe mais bolsas de estudo que a UFRJ, a UFPE e a UFBA. As estaduais USP e Unicamp também recebem mais bolsas que a UnB. A universidade que aparece em primeiro lugar, (com maior quantidade de bolsa por discente) a UFSC, tem quase a mesma quantidade de discentes de pós-graduação (6929) que a UnB (6922).

Além da Capes ter o papel de centralizar as informações para conseguir garantir a expansão e consolidação de toda a pós-graduação do país, ela coordena suas avaliações e ações que tenham como objetivo elevar a qualidade da pós-graduação brasileira.

Considerações finais

Os resultados demonstraram que a distribuição de bolsas de estudo na pós-graduação das maiores universidades brasileiras não está relacionada com a quantidade de discentes totais de cada IES, nem com a quantidade de Programas de pós-graduação e tampouco com as notas de avaliação da Capes. A conclusão da pesquisa foi que, por meio da pesquisa institucional, é possível obter informações para se entender e melhorar processos de gestão como a distribuição de bolsas pela Capes considerando as maiores IES do Brasil, entre elas a UnB.

Esse processo possibilita uma melhor análise dos dados institucionais e as políticas públicas de concessão de bolsas de estudo. As informações institucionais são fundamentais para gerar transparência sobre as bolsas e sobre a seleção de candidatos à pós-graduação na UnB.

Referências - Artigo 1

ABMES. **Portaria nº 46, de 10 de janeiro de 2005**. ABMES, 2005. Disponível em: < https://www.abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Port_46_100105.pdf >. Acesso em 25 jan. 2019.

CABRITO, Belmiro Gil. **Avaliar a qualidade em educação: avaliar o quê? avaliar como? avaliar para quê?** Cad. Cedes. Campinas, vol. 29, n. 78, p. 178-200, maio/ago. 2009. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v29n78/v29n78a03.pdf> >. Acesso em 25 jan. 2019.

CAPES. **Portaria nº 76 de 14 de abril de 2010**. Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2010. Disponível em: < https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria_076_RegulamentoDS.pdf >. Acesso em 09 jul. 2019.

CARVALHO, Olgamir Francisco de; Kipnis, Bernardo. **Educação Profissional em uma Perspectiva internacional comparada e suas repercussões no Brasil**. Linhas Críticas. Brasília, DF, v. 16, n. 30, p. 49-70, jan./jun. 2010. ISSN 1516-4896. Disponível em: < <https://www.redalyc.org/pdf/1935/193514392003.pdf> >. Acesso em 16/02/2019.

CHIRIKOV, Igor. **Research universities as knowledge networks: the role of institutional research**. Studies in Higher Education. 38:3, 456-469, DOI:10.1080/03075079.2013.773778. Mar 2013. Disponível em: <<https://www.hse.ru/data/2013/07/25/1308468992/Chirikov%20Research%20Universities%20as%20Knowledge%20Networks.pdf>>. Acesso em 10/04/2019.

HODGSON, Geoffrey M. **Prospects for institutional research**. RAUSP Management Journal. Vol. 54 No. 1, 2019 pp. 112-120. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rmj/v54n1/2531-0488-RMJ-54-1-0112.pdf> >. Acesso em 26 jun. 2019.

IPEA – Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada. **Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise**. Ex post. v. 2. Brasília: Ipea; Casa Civil da Presidência da República, 2018. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34504&Itemid=433 >. Acesso em 21 jan. 2019.

KIRBY, Yvonne Kochera; FLOYD, Nancy. D. **Maximizing Institutional Research Impact Through Building Relationships and Collaborating Within the Institution**. New Directions for Institutional Research, no. 166. Wiley Periodicals, Inc. 2016. Disponível em: < <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/ir.20130> >. Acesso em 10 abr. 2019.

LÉVY, Pierre. **Inteligência coletiva**. Para uma antropologia do ciberespaço, 5ª ed. [S.l.]: Loyola. 212 páginas. 2007.

MARCHIORI, Edson. **Pesquisas multi-institucionais. Multi-institutional research**. Radiol Bras. 2012 Jan/Fev;45(1):V. 0100-3984. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rb/v45n1/01.pdf> >. Acesso em 17 jun. 2019

PDI. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2018 – 2022**. Disponível em: < http://www.planejamentodpo.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=20&Itemid=791 >. Acesso em 16 fev. 2019.

SWING, Randy L.; ROSS, Leah Ewing. **A New Vision for Institutional Research**. *The Magazine of Higher Learning*, v48 n2 p6-13 2016. Disponível em: < <https://eric.ed.gov/?id=EJ1102244> >. Acesso em 10 abr. 2019.

TERENZINI, Patrick T. **"On the Nature of Institutional Research" Revisited: "Plus ça Change...?"**. *Research in Higher Education*, v54 n2 p137-148 Mar 2013. Disponível em: < <https://eric.ed.gov/?id=EJ994575> >. Acesso em 10 abr. 2019.

Artigo 2 - A percepção de gestores de bolsa e discentes de programas de pós-graduação sobre a distribuição de bolsas de estudos na Universidade de Brasília – UnB

Resumo

As entrevistas realizadas junto aos bolsistas e gestores de bolsa da Universidade de Brasília (UnB) trouxeram um aprofundamento do conhecimento sobre a percepção dos gestores e bolsistas de diferentes Programas de Pós-graduação em distintas áreas do conhecimento, considerada, também, a última nota (2017) da avaliação quadrienal da Capes. Essa diversificação no estudo tinha como objetivo ouvir as diferentes vozes sobre o mesmo assunto e proceder a uma triangulação dos dados. Percebeu-se que os bolsistas tinham opiniões superficiais sobre o que havia contribuído para que eles fossem agraciados com a bolsa. Os gestores de bolsa detalharam melhor esse processo. Os núcleos de sentido investigados foram os critérios de seleção de bolsistas adotados, o valor da bolsa e como as informações sobre a bolsa chegam até o candidato. A conclusão é que as informações institucionais são fundamentais para gerar transparência sobre as bolsas e na seleção de candidatos à pós-graduação na UnB.

Palavras-chave Pesquisa Institucional, Indicadores, Bolsa de estudo, Pós-graduação, políticas públicas.

Abstract

The interview / survey conducted with UnB scholarship holders and scholarship managers brought a deepening of knowledge on the perception of managers and scholarship holders from different PPG and several areas of knowledge, considering the last (2017) Capes postgraduate evaluation. This diversification in the study aimed to hear different voices on the same subject and to triangulate the data. It was unveiled that the scholarship holders had shallow opinions about what had contributed to their selection as scholarship holders. Stock exchange managers had further detailed this process. The meaning core investigated were the adopted criteria for selecting scholarship holders, the value of the scholarship and how information about scholarship reaches the candidate. The conclusion is that institutional information is

essential to generate transparency on the scholarships and on the selection of postgraduation students at UnB.

Key words Institutional Research, Indicators, Scholarship, Postgraduate, Public Policy.

Introdução

As políticas públicas, ou qualquer investimento em projetos científicos viabilizados nas IES, seguem um roteiro de análise de dados e indicadores institucionais, no sentido de buscar a solidez de cada instituição e sua capacidade de alcançar as respostas esperadas. As IES precisam de uma estrutura de pesquisa institucional “*Institutional Research*” que apresentem caminhos de como a instituição pode funcionar e conseguir alcançar resultados relevantes nas suas pesquisas.

Uma das principais políticas públicas que viabiliza de forma direta que pesquisadores realizem os seus estudos são as bolsas, principalmente pela agência de fomento Capes.

A Capes, uma das agências responsáveis pela pesquisa na pós-graduação no Brasil, inclui em suas ações a distribuição de bolsas de estudo para a pós-graduação no país. A UnB é uma das universidades que recebem essas bolsas. Cada Programa de Pós-graduação (PPG) na UnB gerencia essas bolsas e administra a seleção de seus discentes para estabelecer a priorização do recebimento do benefício. No entanto, não é função dos PPG realizar a avaliação e monitoramento dessa distribuição de bolsas de estudo.

Programas de Pós-graduação têm deixado de ganhar bolsas todo ano, mesmo tendo notas altas como 6 ou 7 segundo a Capes. Dessa forma, a administração das bolsas torna-se complexa, tendo em vista a falta de garantia da quantidade de bolsas suficiente para todos os discentes que as necessitam e fazem solicitação em cada seleção. O programa de Política Social da UnB, nota 6 segundo a Capes sofreu cortes inesperados em 2016.

No início de 2016, o PPG teve 03 bolsas de doutorado e 01 de mestrado suprimidas. Os recursos de custeio foram revistos e ampliados, e recebeu o retorno de recursos no valor de R\$ 42.000,00 para 2017. Mesmo tendo ingressado no PROEX desde 2015, o programa não tem autonomia para decidir a partilha dos recursos de custeio entre bolsas e outras despesas, e a quantidade de bolsa ainda é definida pela CAPES.

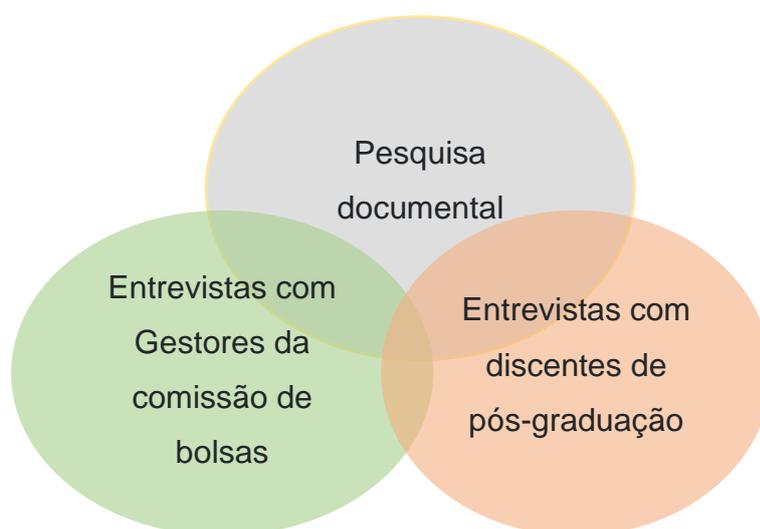
Os critérios de seleção às bolsas de estudo dos PPG não diferiam conforme a agência de fomento Capes ou CNPq. Os valores entre essas agências atualmente são semelhantes: R\$ 2.200,00 para doutorandos e R\$ 1.500,00 para mestrandos. Anteriormente, essas agências apresentavam diferenças com um alto nível de discrepância entre elas.

As perguntas a gestores de bolsas e discentes eram similares e as respostas eram relacionadas às percepções que cada respondente tinha sobre o mesmo tema/assunto.

As entrevistas ajudaram a aprofundar o conhecimento sobre o tema e compreender, por exemplo: quem eram os entrevistados da pesquisa, quais as suas percepções sendo gestores de bolsa e bolsistas de diferentes PPG em diversas áreas do conhecimento e a relação com a última nota (2017) da avaliação quadrienal da Capes. Essa diversificação na pesquisa tinha como objetivo ouvir as diferentes vozes sobre o mesmo assunto, sendo livre a participação de todos.

Foram mapeados os critérios de todos os programas de pós-graduação por meio de uma pesquisa inicialmente quantitativa. A partir da categorização dos critérios mapeados, foi selecionada uma amostra de cada categoria para que a pesquisa qualitativa obtivesse melhor andamento. A pesquisa qualitativa contou com entrevistas estruturadas. Também foi realizada uma entrevista com um integrante da comissão de bolsa de cada programa de Pós-graduação. Dessa forma, pudemos triangular os dados e informações, a partir de fontes diferentes.

Figura 2 - Triangulação de dados



Fonte: Elaborado pela autora

Coleta de dados

A coleta de dados se deu em um universo de 81 Programas de Pós-Graduação da UnB. Esse é o número total de PPGs da UnB que foram avaliados pela Capes com notas variando de 3 a 7. Não foram considerados os Programas que receberam notas abaixo de 3, por se considerar que esses não poderão mais funcionar. Nesses casos, não foi possível fazer novas seleções de candidatos à Pós-Graduação e muito menos divulgar critérios de bolsa para a seleção de novos bolsistas. Para a entrevista desta pesquisa qualitativa foram ouvidos gestores de comissões de bolsa e estudantes, estes pertencentes a Programas de pós-graduação (com notas de avaliação Capes 7, 6, 5, 4 e 3).

Foram obtidos 51 critérios de bolsa de 81 programas de Pós-Graduação do nosso universo, ou seja, a amostra foi 63% do universo. Calculou-se a representatividade da amostra a partir do universo com a ajuda do Sistema Raosoft (<http://www.raosoft.com/samplesize.html>). Foi considerada uma margem de erro de 10% (uma amostra maior resultaria em uma margem de erro menor, com todo o resto permanecendo igual). Se a amostra é distorcida de uma forma ou de outra, a população provavelmente também é. Se não sabemos, usamos sempre 50%, o que dá o maior tamanho de amostra. O nível de tolerância tolerado é sempre 90, 95 ou 99%, no caso seria 38, 45 e 55 respectivamente de amostra. O nosso nível de tolerância (51) foi de 98%.

Figura 3 – Sistema Raosoft - Calculadora de tamanho de amostra

What margin of error can you accept? 5% is a common choice	10 %
What confidence level do you need? Typical choices are 90%, 95%, or 99%	98 %
What is the population size? If you don't know, use 20000	81
What is the response distribution? Leave this as 50%	50 %
Your recommended sample size is	51

Fonte: Sistema Raosoft preenchido com os dados desta pesquisa

Análise dos dados

A análise de conteúdo das entrevistas passou por várias fases e três etapas bem definidas para que houvesse rigor na categorização dos temas e nos resultados. A primeira etapa foi a de análise prévia, seguida da exploração do material, do tratamento dos resultados, da inferência e interpretação.

Na primeira fase, foi construída uma sistematização das ideias iniciais seguindo o referencial teórico para estabelecer indicadores que interpretaram as informações coletadas. Depois que as entrevistas já estavam transcritas, foi feita uma leitura geral do material colhido para se realizar a análise, para que fosse possível, posteriormente, sistematizar o material de investigação. Após uma organização geral desse material, sucessivas operações de análise foram feitas.

Essas análises incluíram a escolha dos documentos pertinentes, a formulação de hipóteses e objetivos e a elaboração de indicadores capazes de interpretar o material coletado, de forma precisa e confiável. No intuito de se alcançar uma informação confiável, algumas regras foram seguidas como: a exaustividade, a homogeneidade, a pertinência e a representatividade. A representatividade, conforme

Bardin (2011), deve ser rigorosa e para isso, a amostra deverá refletir o que acontece no universo inicial.

Além do mais, os documentos devem ser homogêneos, com escolhas criteriosas e ter pertinência com a fonte documental correspondendo ao escopo do que se propõe o estudo. (BARDIN, 2011).

Após a entrevista, foi realizada a análise de conteúdo, seguindo a técnica de Bardin (2011). As autoras Silva e Fossá (2015), perceberam que muitos pesquisadores não estavam seguindo a sistemática proposta por Bardin completamente.

Estudos qualitativos vêm ganhando, ao longo do tempo, notoriedade nas pesquisas da área de Administração. Nesse sentido, a técnica análise de conteúdo está sendo muito utilizada nesses estudos. Entretanto, muitos autores se apropriam da técnica de análise de conteúdo, de forma errônea, ou seja, não seguem as recomendações e as etapas necessárias para a construção da análise, previstas por autores que propuseram ou popularizam o uso da técnica, como Bardin (SILVA e FOSSÁ, 2015, p.1).

O universo eleito para os participantes das entrevistas foi definido conforme o filtro da área do conhecimento e nota da Capes. As notas 1 e 2 da Capes descredenciam o Programa e, então, essas notas não foram consideradas para o universo da pesquisa. Também foram consideradas as primeiras respostas de consentimento para participar da pesquisa. Foram considerados até 3 gestores de comissão de bolsa e 3 discentes de cada programa de pós-graduação.

O roteiro da entrevista proposta no trabalho possui perguntas específicas; entretanto, o entrevistador teve a liberdade de fazer outras perguntas. As perguntas foram divididas em dois blocos: o primeiro bloco envolve dados pessoais dos entrevistados; o segundo, apresenta as questões relativas ao tema do trabalho. Foi utilizado o aplicativo Easy Voice Recorder® da Sang Studio com os aparelhos celular Samsung Galaxy® 8, o notebook Dell® Inspiration 15 e observação livre. Foi utilizado um software que transcreve o texto a partir de seu áudio chamado *otranscribe*, encontrado em: < <https://otranscribe.com/> >

A fim de se manter o anonimato dos sujeitos, seus discursos foram identificados por codificação específica ('R') para os profissionais entrevistados, bem como os gestores e os participantes da comissão de bolsas de pós-graduação.

Todos os sujeitos participantes da pesquisa leram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que foi apresentado no dia da entrevista e se encontra na parte do apêndice.

A coleta dos dados na UnB ocorreu no período de 04 de junho (terça-feira) a 03 de julho de 2019 (quarta-feira). Houve consentimento dos sujeitos com assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. As perguntas que geraram dúvidas foram marcadas com um asterisco, para serem explicadas mais detalhadamente nas entrevistas seguintes.

As vantagens da entrevista semiestruturada foram: a oportunidade de esclarecimentos, a inclusão de perguntas e roteiros não previstos, com uma interação mais direta, flexível e espontânea; adicionando um papel mais estratégico na previsão de erros.

A análise dos resultados foi realizada por meio de agrupamento, classificação e avaliação dos dados por meio de unidades temáticas.

Nem todas as respostas serão analisadas nesse estudo, parte das respostas poderão ser utilizadas para futuros artigos.

Descrição de estratégias que foram usadas nas entrevistas semiestruturadas

1. Táticas de esclarecimentos como:
 - Poderia falar mais um pouco sobre isto?
 - Poderia tecer mais alguns comentários a este respeito?
2. Táticas a qualidade de áudio:
 - Localizar locais para a entrevista silenciosos;
 - Usar microfone.

Fases da Entrevista

1. Critérios para a seleção de entrevistados;
2. Construção do roteiro;
3. Modelo do Formulário de Consentimento;
4. Previsão de formas de acompanhamento da entrevista;
5. Seleção de critérios para o registro dos dados e transcrição;
6. Execução da entrevista e registro literal dos dados;

7. Transcrição literal;
8. Leituras das transcrições;
9. Sistema de Análise e Avaliação dos Dados Obtidos;
10. Sistematização dos dados: procura de regularidades e diferenças nos dados emitidos pelos entrevistados, pela análise da veracidade das respostas emitidas e pela delimitação progressiva do foco de estudo;
11. Elaboração do relatório;
12. Redação.

Conforme Arnoldi et al (2006, p.68), para que haja validação, observando as duas visões, é notório que uma deva complementar a outra, pois, de forma contrária, ambos os procedimentos serão incompletos.

Conforme a categoria criada por Sampierre et al (2013), foram usados os seguintes tipos de perguntas:

- Perguntas gerais. São usadas em entrevistas abertas e partem de formulações globais, deflagradoras (aquelas que vão chegando ao tema de interesse do entrevistador);
- Perguntas de estrutura ou estruturais ou de conhecimentos: O entrevistador pergunta ao entrevistado uma lista de conceitos ou categorias;
- De simulação: Pede sugestões, exemplos.

Percurso da pesquisa de campo

A pesquisa, um estudo de caso, foi realizada na Universidade de Brasília (UnB), em Brasília-DF. A metodologia foi do tipo descritiva e qualitativa. O método de coleta de dados foi a triangulação de dados.

Esse procedimento permite combinar diferentes métodos de coleta de dados, a partir de distintas populações, diferentes perspectivas teóricas ou momentos no tempo, para consolidar suas conclusões a respeito do que está sendo investigado. Trata-se de uma forma qualitativa de validação de uma pesquisa que, ao utilizar múltiplos métodos de pesquisa, permite a compreensão mais profunda da investigação. A amostra escolhida abrangeu o universo de todos os programas de pós-graduação da UnB que receberam notas de avaliação Capes de 3 a 7 (Programa de Pós-graduação que obtiver nota inferior a 3 é fechada após a divulgação da nota pela Capes). A suficiência dos dados foi percebida com as últimas entrevistas, quando as respostas começaram a se repetir e foi possível sentir a saturação do tema.

O universo abrangeu as agências de fomento Capes ou CNPq. Os cursos com nota 6 e a maioria dos cursos nota 7 da UnB não recebem bolsa da Capes, recebem do CNPq. Dessa forma, seria inviável pesquisar nos cursos de maiores notas, se houvesse uma limitação de pesquisa para apenas os bolsistas de Demanda Social da Capes.

Quanto ao levantamento dos dados, foram utilizadas entrevistas, tendo como instrumento o roteiro com perguntas abertas. Alguns respondentes discentes preferiram digitar as respostas e no fim da pesquisa foi aceito, para que houvesse um volume maior de respostas. A partir das entrevistas, foi realizada uma análise de conteúdo para a avaliação dos resultados obtidos. Para as entrevistas, foram escolhidos discentes e ex-bolsistas de pós-graduação beneficiados com a concessão de bolsa de estudo e gestores da comissão de bolsas de programas de pós-graduação, com notas de avaliação da Capes maiores do que 3. O estudo foi realizado durante um período de incerteza, com grandes mudanças e notícias variadas sobre a permanência das bolsas vigentes e de oferta de novas bolsas por consequência do anúncio do contingenciamento de recursos no orçamento da união.

O tempo para a pesquisa de campo foi tornando-se muito longo com muitos convites para participar da pesquisa sendo recusados. A dificuldade em se concretizar uma quantidade razoável de entrevistas foi uma das razões para que se optasse, em um certo momento, por também permitir respostas digitadas. As perguntas da entrevista e o Termo de Consentimento eram enviadas por e-mail, assim como os convites para a participação da entrevista e, mesmo assim, menos de 10% dos bolsistas convidados responderam o e-mail ou devolveram as respostas. Todos os gestores de bolsa que aceitaram participar da pesquisa foram entrevistados pessoalmente e suas respostas transcritas.

Conforme as entrevistas iam sendo concretizadas e as respostas transcritas, observou-se que os primeiros bolsistas que aceitavam participar da entrevista, recebiam bolsa há um espaço curto de tempo. Portanto, não havia ainda resultados que pudessem ser considerados em situações bem-sucedidas ou trabalhos de destaque. Optou-se por também entrevistar ex-bolsistas de mestrado que estavam estudando na UnB como doutorandos ou outras relações acadêmicas. Os ex-bolsistas respondiam considerando somente o período em que recebiam a bolsa. A expectativa inicial era de se realizar 20 entrevistas no total para satisfazer a uma amostra

supostamente significativa. Seriam 15 entrevistas com bolsistas e ex-bolsistas da UnB e 5 entrevistas com gestores de bolsa, todos de áreas diversas do conhecimento e notas diversas do PPG, considerando a última avaliação do quadriênio Capes (2017).

A ordem das respostas no trabalho segue a data cronológica em que as respostas foram sendo obtidas. Quando a pesquisa alcançou o total de 15 entrevistas, sendo 11 respostas de bolsistas e ex-bolsistas e 4 entrevistas com gestores de bolsa, notou-se que a amostra apresentava saturação tanto por parte dos bolsistas e ex-bolsistas, quanto da parte dos gestores. Algumas respostas estavam tornando-se repetitivas e então optou-se por encerrar a pesquisa de campo que não resultava mais em novas contribuições.

Procurou-se não repetir respondentes do mesmo curso a fim de obtermos respostas as mais variadas possíveis. A maioria dos respondentes estão nos cursos que receberam nota 4 (quatro) e 5 (cinco). As notas 4 e 5 da Capes têm, em seu grupo, a maior quantidade de cursos de Pós-graduação da UnB. Dos cursos da UnB nota 3, segundo a Capes, somente 2 PPG contemplam as modalidades de mestrado e doutorado. Além do mais, a maioria desses cursos não oferecem mais bolsas de estudo. Somente 5 cursos da UnB receberam a nota 7 da Capes e desses, Matemática, Antropologia e Desenvolvimento Sustentável contribuíram com respostas de gestores de bolsa ou discentes. No entanto, somente 2 discentes do grupo de cursos nota 7, concordaram em participar da pesquisa. Dos 10 cursos que receberam nota 6 da Capes na UnB, participaram da pesquisa os cursos de Política Social e Biologia Molecular. Somente 2 discentes desse grupo concordaram em participar da pesquisa.

Todos os respondentes tinham entre 25 e 41 anos. Eram 6 do sexo feminino e 5, masculino. O tipo de bolsa era nas modalidades de mestrado e doutorado, 6 bolsistas responderam sobre o período de bolsa de mestrado e 5 responderam sobre a sua bolsa de doutorado. O período de recebimento das bolsas variou entre 3 meses e 4 anos. Desses bolsistas, 8 tinham bolsas por período de até 2 anos e 3 haviam recebido bolsa por mais de 2 anos. Os respondentes eram 6 bolsistas e 5 ex-bolsistas. Algumas transcrições aparecem com chaves e pontilhados no meio da transcrição [...]. Elas foram inseridas nas seguintes situações: Quando a resposta fugiu do assunto do tema da pergunta; quando há repetição da mesma informação; quando existe a possibilidade do respondente ser identificado por meio de suas informações

mais pessoais; além de retirada de maneirismos, como terminar frases com “né?”; entre outras situações que tiravam o contexto da resposta.

Indicadores Institucionais e políticas públicas de bolsas de estudo no contexto da pesquisa institucional

A colaboração científica cresceu muito nos últimos 20 anos entre institutos de pesquisa, os pesquisadores colaboram com várias intenções, entre elas, a de obter financiamento público para as suas pesquisas. A colaboração de dados e indicadores entre pesquisadores impactam a pesquisa institucional (“*Institutional Research*”) de forma expressiva, segundo Fahad et al (2018). Algumas políticas públicas incentivam a colaboração (avaliações ou classificações que precisam de um mínimo de publicações).

Políticas públicas são formas que o governo encontra para suprir demandas programáticas com abrangência de efetividade social. São uma maneira de se posicionar politicamente diante de uma população. As crises econômicas e restrição de gastos levam a população a almejar cada vez mais uma sistemática de controle desses gastos, a fim de promover resultados do aumento do seu bem-estar.

Segundo Souza (2006), os fundadores conceituais da área de políticas públicas foram quatro: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton. Laswell, em 1936, conciliou conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos, além de estabelecer vínculos entre governo, cientistas sociais e outros grupos de interesse. Simon, em 1957, falou da racionalidade limitada dos gestores públicos por vários problemas, entre eles, a informação incompleta ou imperfeita. Lindblom, em 1959 e 1979, deu ênfase ao racionalismo de Laswell e Simon e propôs outras variáveis, tais como as relações de poder, as fases do processo decisório, o papel das eleições e das burocracias. Easton, em 1965, definiu um sistema com formulação, resultados e seu ambiente com influência de partidos, da mídia e de grupos de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos. (SOUZA, 2006).

O planejamento governamental se desenvolve com o ciclo de políticas públicas. Esse ciclo pode iniciar-se a partir de problemas, demandas ou diagnósticos sociais

em forma de números, média, razão, proporção e/ou taxas que, às vezes, sozinhos não são capazes de gerar uma informação muito complexa.

Inicia-se então a definição de uma agenda que gera indicadores de diagnóstico da realidade social. Daí vem a formulação que gera indicadores sintéticos ou multicritérios para a tomada de decisão. A implementação, por sua vez, gera indicadores de monitoramento. Finalmente, o ciclo se encerra com a avaliação que resulta em indicadores de eficiência, eficácia e efetividade (MAINARDES, 2006).

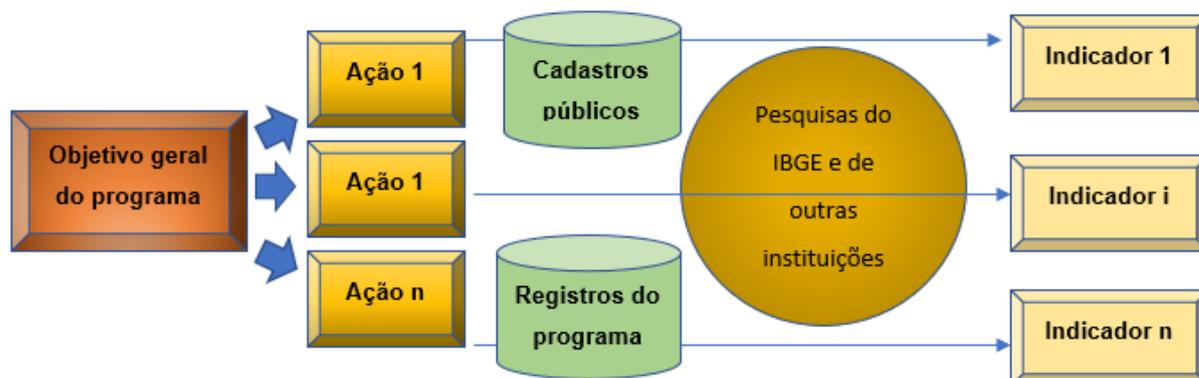
A política pública precisa ser constantemente mensurada para poder ser avaliada e responder aos anseios da sociedade. Dessa forma, cria-se também uma cultura estratégica para as constantes decisões necessárias à gestão das instituições. As constantes mudanças, cobranças e exigências da sociedade e dos órgãos reguladores nos levam a uma dinâmica de gestão que precisa ser aperfeiçoada na mesma sintonia.

Medidas de qualidade não podem ser baseadas por juízo de valores parciais, elas precisam ser parametrizadas e comprovadas. Esse é o contexto da formação de indicadores, processo pelo qual se leva em conta todos os aspectos que influenciam ou não um resultado, de forma a ser mais fidedigno e condizente com fatos da nossa realidade.

Indicadores transformam conceitos abstratos da nossa realidade social em medidas e informações qualificadas que podem ser verificadas e quantificadas. Essas medidas podem nos oferecer diagnósticos e uma visão simples, padronizada e objetiva, que retrata o que está acontecendo, no intuito de se planejar estratégias e subsidiar tomadas de decisão.

Sua classificação é geralmente feita por área temática ou setor (indicadores da saúde, indicadores educacionais e outras) e nascem a partir de um programa, como podemos ver na figura abaixo:

Figura 4 - Construção de sistema de indicadores para ciclo de políticas públicas



Fonte: Adaptado de Jannuzzi (2005)

Os indicadores, depois de implementados, precisam ser avaliados, monitorados e analisados para sua correção, melhoria e reorganização institucional. Diante dessa estratégia, teremos dados claros e transparentes que resultarão em informações confiáveis para que o governo consiga alcançar suas metas e objetivos.

Indicadores são instrumentos de grande potencial para mostrar os problemas e, com suas análises, também ajudar na construção da resolução desses problemas. Esse tipo de informação é importante para garantir maior segurança às principais decisões. Do contrário, uma tomada de decisão cotidiana poderá ser influenciada por informações falsas que resultarão em metas e objetivos ineficientes ou equivocados.

O TCU elaborou um roteiro simplificado e prático intitulado: “Dez Passos para a Boa Governança”. Em seu quarto passo, temos a seguinte contribuição:

Estabeleça modelo de gestão da estratégia que assegure seu monitoramento e avaliação...A organização, a partir de sua visão de futuro, da análise dos ambientes interno e externo e da sua missão institucional, deve formular suas estratégias, desdobrá-las em planos de ação e acompanhar sua implementação, oferecendo os meios necessários ao alcance dos objetivos institucionais e à maximização dos resultados...Estabeleça modelo de gestão da estratégia que considere aspectos como transparência e envolvimento das partes interessadas... Estabeleça a estratégia da organização; Monitore e avalie a execução da estratégia, os principais indicadores e o desempenho da organização. (TCU, 2014, p.14 e 15).

A assimetria da informação (quando a informação é incompleta ou nem todos os fatos são conhecidos por todas as partes) pode trazer grandes prejuízos a uma gestão. A instituição depende de informação confiável e completa para planejar

estratégias, traçar metas e objetivos. Tal assimetria pode causar sérios conflitos, resultando em desperdício de recursos financeiros, retrabalho, entre outros problemas (ROCHA et al, 2010).

Para que possamos traduzir os dados dos indicadores em informações relevantes para orientar a gestão, uma estrutura informacional complexa precisa ser criada. É fundamental que haja uma avaliação de aderência dos indicadores às propriedades desejáveis, como exemplifica Jannuzzi (2005) na figura abaixo:

Quadro 14 - Avaliação da aderência dos indicadores às propriedades desejáveis

Propriedades	Indicadores 1	Indicadores i	Indicadores n
Relevância para a agenda pública			
Validade de representação do conceito			
Confiabilidade da medida			
Cobertura populacional			
Sensibilidade às ações previstas			
Especificidade ao programa			
Transparência metodológica na sua construção			
Comunicabilidade ao público			
Factibilidade operacional para a sua obtenção			
Periodicidade na sua atualização			
Desagregabilidade populacional e territorial			
Comparabilidade da série histórica			
Total de propriedades (+)			

OBS: Atribuir + quando a propriedade for verificada para o indicador

Fonte: Adaptado de Jannuzzi (2005)

A composição das propriedades dos indicadores fornece uma maior compreensão dos aspectos e ao mesmo tempo de toda a dimensão do que se pretende estudar para uma maior qualidade da informação.

Morosini (2016) reflete sobre a qualidade de gestão na educação superior e indica a importância dessa estrutura informacional na educação:

Quadro 15 - Indicadores de qualidade na gestão da educação superior: categorias e subcategorias temáticas

Categorias temáticas	Subcategorias e Número de indicadores (entre parênteses)
<p>1. Qualidade na gestão do projeto e do planejamento institucional – trata da identidade, missão e compromissos da IES e de ações direcionadas para a sustentabilidade e otimização institucional. (23 indicadores e 7 subcategorias)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto institucional (5) • Gestão democrática (4) • Sustentabilidade institucional (3), de planejamento (3), da estrutura física (2) e dos quadros de pessoal (4) • Estrutura informacional (2)
<p>2. Qualidade na gestão financeira – compreende a sustentabilidade e a autonomia em procedimentos financeiro-orçamentários. (6 indicadores e 2 subcategorias)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Sustentabilidade financeira (3) • Autonomia em procedimentos financeiros (3)
<p>3. Qualidade na gestão da formação e do ensino – abrange políticas decisórias nas estratégias de formação e de articulação entre níveis, conhecimentos, qualificação docente, carreira e empregabilidade de egressos e seus impactos. (15 indicadores e 6 subcategorias)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema político-decisório de formação (6) • Articulação de níveis e conhecimentos (2) • Estratégias de formação/ensino (2) • Qualificação do corpo docente (2) • Construção carreira/empregabilidade (2) • Impacto econômico e social (1)
<p>4. Qualidade na gestão da pesquisa – compreende a articulação do conhecimento e transformações globais e locais, o desenvolvimento de tecnologias responsivas às demandas, a aproximação entre universidade e sociedade e a melhoria da qualidade de vida. (19 indicadores e 4 subcategorias)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema político-decisório (5) • Desenvolvimento da pesquisa (5) • Sustentabilidade da pesquisa (4) • Socialização do conhecimento (5)
<p>5. Qualidade na gestão da extensão e de serviços da universidade – efetiva-se na compatibilização entre qualidade acadêmica e compromisso social, no desenvolvimento cultural, técnico e científico para uma sociedade mais justa. (20 indicadores e 5 subcategorias)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema político-decisório (9) • Responsabilidade social (1) • Compromisso social (3) • Políticas e práticas de inclusão (5) • Cooperações e parcerias (2)

<p>6. Qualidade na gestão do atendimento ao aluno – envolve o que permite ao estudante ingressar, permanecer na IES e concluir o curso. (7 indicadores e 4 subcategorias)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso/permanência do estudante na IES (3) • Programas de mobilidade estudantil (1) • Políticas/programas de inclusão (2) • Políticas formação continuada – egressos (1)
<p>7. Qualidade na gestão da avaliação da universidade – referente aos processos de avaliação da atuação da IES e o seu sistema político-decisório institucional ligado à avaliação (interna e externa e autoavaliação) da universidade. (10 indicadores e 3 subcategorias)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema político-decisório institucional de avaliação (4) • Avaliação institucional interna/externa (5) • Autoavaliação da universidade (1)
<p>Total: 7 categorias</p>	<p>31 subcategorias e 100 indicadores</p>

Fonte: Morosini et al (2016). Grifo nosso

As propriedades desejáveis das informações eleitas pelo pesquisador para a construção de indicadores devem ser neutras. Então, essas informações não podem sofrer interferências que possam influenciar em um resultado com uma informação/resultado previsível. As escolhas para a composição de um indicador devem ser muito bem estruturadas, afinal:

indicadores de qualidade apresentam grande complexidade, dificultando o direcionamento de políticas de fomento e avaliação que deem sustentação aos processos a serem colocados em prática. Envolve condições subjetivas e, ao mesmo tempo, assumem positivamente a complexidade do processo educativo, reconhecendo a multiplicidade de fatores aí enredados. Entretanto, favorecem uma definição de padrões sujeita a lógicas políticas e econômicas conjunturais. (MOROSINI et al, 2016).

Os indicadores institucionais têm a intenção de medir o desempenho e mostrar uma visão panorâmica do caminho que a instituição está percorrendo. A partir desta visão, a instituição tem ao seu dispor uma gama de informações indispensáveis para a definição de estratégias para o desenvolvimento institucional. Esses indicadores são informações qualificadas que visam dar um panorama institucional integral que facilitam linhas de atuação para atender ao planejamento e aos compromissos institucionais. Estratégias de governança institucionais bem concebidas, assim como

políticas fundamentadas e estruturadas podem resultar em maior eficiência do setor público.

Conforme Griboski et al (2017), “a apropriação de informações sobre a qualidade institucional é fator fundamental de autonomia e emancipação das IES”. Então, a forma de se obter informações que realmente sinalizem a direção e o desempenho da universidade, principalmente da pós-graduação, carece cada vez mais de indicadores de qualidade.

A partir dessas informações, seria possível permitir a consolidação das atividades de planejamento do setor público para a construção de um marco conceitual. Quanto maior a riqueza de informações, maior a interpretação empírica da realidade social. É necessário, para o aperfeiçoamento da governança e desenvolvimento da autoconsciência institucional, a construção de equipes com profissionais que saibam construir indicadores e fazer pesquisa. Assim, a análise, formulação e implementação de políticas sociais teria um aprofundamento maior da investigação acadêmica e avanço na construção do conhecimento em relação a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais.

Os profissionais relacionados à construção da pesquisa institucional precisam estar em lugares estratégicos para colher dados relevantes, a fim de obter um gerenciamento de qualidade e, assim, reverter fragilidades institucionais. Dessa forma, podemos avaliar as diversas mudanças causadas pelas decisões e estratégias da gestão, como a implementação, avaliação e impacto das políticas públicas.

Griboski et al (2017) escreveu,

destaca-se a importância e necessidade de mais e novos indicadores, superando, deste modo, a visão tradicional e elitista de fazer educação voltada aos interesses do capital, sendo compreendida como um bem público, conforme preconizado nos princípios e diretrizes constitucionais do nosso país, qual seja: – Promover uma educação pública de qualidade é dever do Estado e direito da população.

A universidade tem competência potencial para aproveitar seu conhecimento de normas, métodos e procedimentos, especialmente as que exigem formação científica e sua habilidade adquirida pela experiência e aprendizado, a fim de construir

indicadores de qualidade na pós-graduação. Esses indicadores podem promover conhecimento para direcionar a gestão e servir de base para novas estratégias de inovação na gestão. Além disso, poderiam ajudar na antecipação de estratégias de gestão. O tempo todo ocorrem mudanças que impactam profundamente as universidades e que podem ser equilibradas com um planejamento antecipado.

Conforme o guia de avaliação de políticas públicas do IPEA (2018):

as avaliações de políticas públicas executadas pelos setoriais sejam ampliadas para que subsidiem o aperfeiçoamento da gestão e execução de suas políticas. As avaliações são executadas também por organizações da sociedade civil, como universidades e centros de pesquisas. Essas avaliações externas e independentes da equipe de gestores e técnicos envolvidos com a execução da política pública contribuem para o repositório coletivo de evidências a serem usadas nos debates da sociedade sobre as políticas em execução. Quanto mais avaliações disponíveis, melhor será a qualidade do debate e das propostas de aprimoramento das políticas públicas.

Para que as estratégias institucionais sejam bem definidas e fundamentadas, há a necessidade de se pesquisar as mudanças geradas por cada decisão ou o conjunto delas.

O impacto de cada decisão sobre a instituição como um todo precisa ser identificado e acompanhado a fim de se verificar se as mudanças resultantes dessas decisões se tornam benefícios que resguardem o interesse público.

Avaliar e monitorar as políticas públicas permitem flexibilidade para que as instituições possam estabelecer as melhores práticas de elaboração, gerenciamento e avaliação de sua atuação. O monitoramento pode revelar inferência de tendências e torna possíveis mudanças rápidas de forma a atender aos conceitos básicos da administração pública. Peter Drucker (1980), propôs que planejamento estratégico é a gestão por planos (decisões), enquanto a administração estratégica é a gestão por resultados.

Para que sejam alcançadas boas práticas nas avaliações de políticas públicas, os conceitos administrativos de eficiência, eficácia, efetividade ou o impacto devem ser investigados através de dados associados transformados em indicadores. Estes devem ser escolhidos de forma a sinalizar ou informar resultados confiáveis para futuras decisões.

Os estudos avaliativos devem começar com a escolha dos indicadores:

A escolha de indicadores para avaliação deve ser feita em função dos aspectos que queremos analisar – por exemplo, se queremos medir ou acompanhar a eficiência, a eficácia, a efetividade ou o impacto a partir de determinada política organizacional. Eficiência diz respeito à boa utilização de recursos financeiros, materiais e humanos em relação às atividades e resultados alcançados. Eficácia se refere à relação entre as ações realizadas e os resultados obtidos. Efetividade é a observação da incorporação das mudanças geradas por determinado programa na realidade da população-alvo. Impacto corresponde ao poder de influência e de irradiação de um projeto realizado. (MINAYO, 2016, p.85).

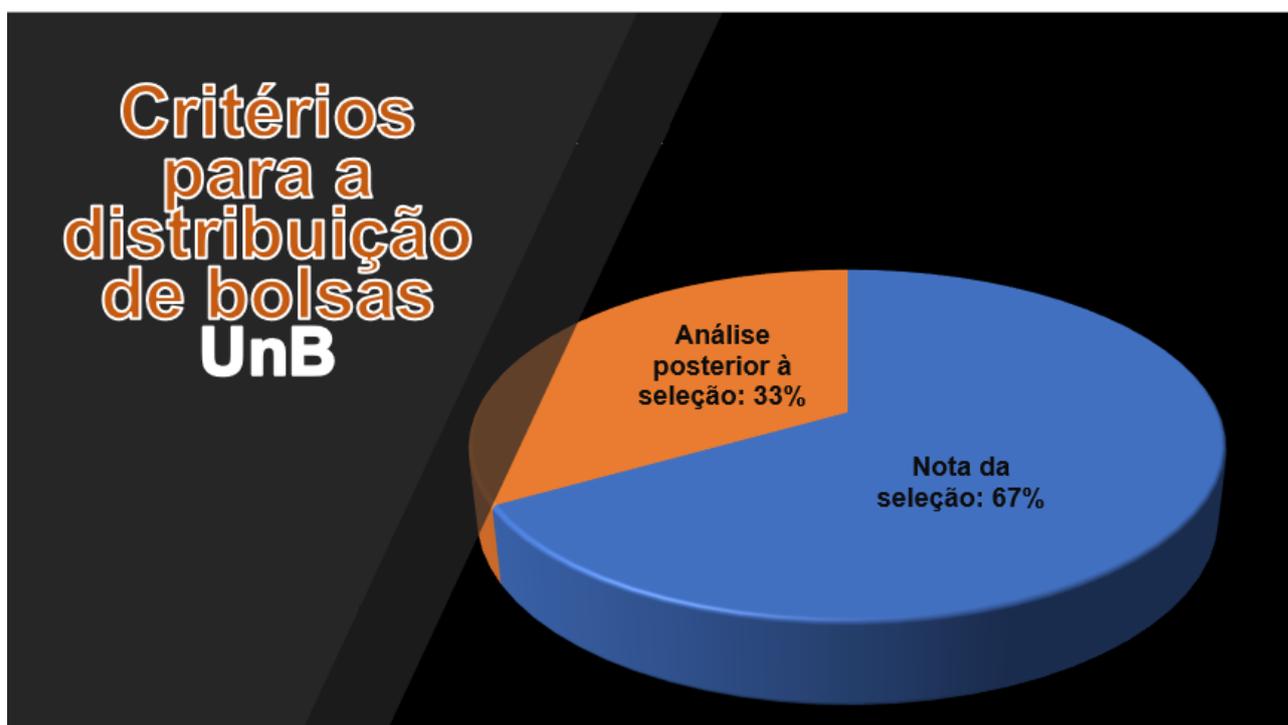
As estratégias podem ser aperfeiçoadas ou até mudadas, à medida que resultados do monitoramento vão sendo disponibilizados. Pesquisas periódicas e específicas possibilitam verificar o impacto social resultante do esforço empreendido na construção das políticas públicas. Uma das mais importantes políticas públicas dentro das universidades é a distribuição de bolsas de estudos. Por meio delas, muitas pesquisas recebem atenção exclusiva dos estudantes, sem que esses precisem dividir seu tempo e atenção com o mercado de trabalho, sua fonte de sustento. Saber como essas bolsas são distribuídas pelas áreas de conhecimento e cursos na UnB e como os gestores repassam essas bolsas aos estudantes é um indicador de como os recursos públicos estão sendo direcionados.

Critério de distribuição de bolsas na UnB

Os seguintes cursos adotaram a nota da seleção como ordem na distribuição das bolsas: Administração, Agronomia, Antropologia, Arquitetura e Urbanismo, Artes, Ciências Ambientais, Ciências Animais, Ciências da Reabilitação, Ciências do Comportamento, Ciências e Tecnologias em Saúde, Ciências Farmacêuticas, Ciências Florestais, Ciências Mecânicas, Comunicação, Desenvolvimento Sociedade e Cooperação Internacional, Design, Ecologia, Economia, Engenharia Biomédica (Gama), Estruturas e Construção Civil, Engenharia de Sistemas Eletrônicos e de Automação, História, Linguística, Linguística Aplicada, Patologia Molecular, Política social, Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde, Psicologia Clínica e Cultura, Química, Relações Internacionais, Saúde Animal, Sistemas Mecatrônicos e Sociologia, Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos (34 cursos de 81 – 67%).

Outros critérios, posteriores à seleção dos candidatos à Pós-Graduação foram utilizados pelos seguintes cursos: Desenvolvimento Sustentável, Educação, Educação Física, Enfermagem, Estatística, Estudos Comparados sobre as Américas, Filosofia, Geociências Aplicadas e Geodinâmica, Geologia, Geotecnia, Literatura, Medicina Tropical, Metafísica, Música, Nanociência e Nanobiotecnologia, Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações e Transportes (17 cursos de 81 – 33%).

Figura 5 – Critérios de seleção de candidatos à bolsa na UnB



Fonte: Elaborado pela autora

Núcleos de sentidos

Critério de seleção

Sempre nos deparamos com a palavra “meritocracia” em diversos assuntos da sociedade, principalmente relacionados ao trabalho e educação. Em cada momento, ela pode adquirir uma conotação diferente. Os questionamentos sobre os critérios utilizados para a seleção de bolsistas, nos trazem significados distintos nas versões dos bolsistas e gestores.

(1) [...] Pelo que eu sei era por ordem de colocação no processo seletivo. Mas não sei se estou desinformada. Não podia ter vínculo de trabalho [...] Acho que só isso. (R1, curso nota 5).

Entendemos, nessa fala, uma dúvida, mas ela cita a percepção de que a ordem de classificação no processo seletivo é a mesma para se receber a bolsa de estudos. O único critério de seleção percebido pelo bolsista, para a sua seleção, é uma regra da Capes. Não ter vínculo de trabalho.

(2) [...] Bem, meu programa trabalha com uma seleção mista com critérios socioeconômicos e com critério de desempenho acadêmico, processo mais meritocrático. [...] se comparado com outros programas que utilizam só um critério para a seleção, é um avanço e, principalmente, ele tem uma análise dos critérios da bolsa, inclui um representante discente, acho que isso moraliza e torna transparente o processo de concessão de bolsa. (R2, curso nota 5).

Esse PPG adota critérios socioeconômicos em sua seleção de bolsa, além do processo meritocrático, segundo o respondente. O bolsista observa o fato de haver um representante discente fazendo parte da seleção como um fator de transparência e de moralização do processo.

(3) [...] Os critérios de bolsa foram a colocação no processo de seleção, o processo de seleção consistiu em prova de inglês, na avaliação do projeto e, depois, uma entrevista. De certa forma, me senti até prejudicado na entrevista [...] depois me falou que a minha tinha sido a melhor apresentação, que fui embasado com artigos científicos e mesmo assim eu não fiquei em primeiro, para beneficiar alguém que estava no programa, um aluno que já estava lá, inserido no programa. [...] mas foi falado isso, então estou apenas reportando o que aconteceu. (R5, curso nota 6).

A resposta do bolsista nos faz refletir a respeito da influência da nota da entrevista como critério para se estabelecer quem vai ou não receber bolsa, de como a entrevista poderia mudar os rumos das notas e classificação de uma seleção.

(4) [...] Não sei quais foram os critérios e não me recordo. [...]. não tinha conhecimento sobre os detalhes da legislação de bolsas. (R6, curso nota 4).

É possível notar que os critérios de seleção não fazem parte das recordações da vida desse bolsista.

(5) [...] Sim, a seleção foi baseada na classificação do processo seletivo. Então eu acho que era o décimo, classificado de 15 e o Programa tinha muita bolsa na época, aí eu ganhei uma bolsa da Capes. (R8, curso nota 7).

(6) [...] Então, o critério utilizado foi a melhor pontuação no processo seletivo. (R9, curso nota 4).

(7) [...] O critério foi baseado na ordem classificatória dos alunos selecionados, os primeiros lugares recebem bolsa. Critério meritocrático e está apoiado nas diretrizes da Capes. (R12, curso nota 6).

A classificação na seleção é assimilada pelos bolsistas como critério meritocrático. No entanto, a seleção nos PPG da UnB quase sempre envolve uma etapa de entrevista eliminatória que pode mudar os rumos de suas notas que foram conquistadas até aquele momento.

Segmentos de entrevista dos gestores de bolsa:

(1) [...] os critérios são basicamente, critérios de mérito. Então, a qualidade da graduação, do aluno, as notas, o seu desempenho escolar, se ele se envolveu em atividade de pesquisa, então realmente é o histórico acadêmico do aluno, basicamente é esse, é o foco. (R4, curso nota 4).

Apesar de não ficar claro o quesito "a qualidade do aluno", podemos observar uma especificação mais detalhada dos critérios de seleção mencionados pelo gestor.

(2) [...] Na medida do possível a gente tenta priorizar o aluno do doutorado, apesar disso ser, as vezes, em certas situações, ser ruim, pelo fato de que muitas vezes a bolsa que a gente tem é a bolsa de mestrado e eu não consigo automaticamente transferi-la como bolsa de doutorado. [...] A razão disso é porque geralmente quem demanda uma bolsa no doutorado são pessoas que tem potencial de contribuir mais rapidamente, de forma maior para a sociedade, a gente acredita nisso [...] Um outro critério que a gente utiliza é a necessidade da pessoa. Algumas pessoas, a gente sabe que precisam da bolsa para estudar, caso contrário vão ter muita dificuldade. [...]. Esse critério é um critério mais subjetivo e quando tem muita demanda, a gente olha o desempenho no processo seletivo. Não existe um critério de ordem, então a gente leva em consideração todos esses fatores na hora da seleção. Certamente se a gente tem muita procura e pouca bolsa, as pessoas que têm condição de se manter, a gente não dá bolsa. Esse acaba sendo o critério talvez preponderante aí. (R7, curso nota 5).

O gestor demonstra uma certa flexibilidade para escolher os bolsistas. Dá preferência para distribuir bolsas no doutorado. Surge mais um requisito de distribuição de bolsa, a modalidade de bolsa.

(3) [...] Meritocracia, seja para alocar bolsas para novos alunos que vão entrar no programa [...] para alocar bolsas para alunos já do programa, alunos que ainda não tem bolsas e estão pleiteando bolsas. Sempre olhando a meritocracia através do histórico escolar. (R10, curso nota 7).

A distribuição da bolsa pode ser realizada em diversos momentos do curso do discente. A meritocracia mencionada pelo gestor quer dizer apenas histórico escolar.

(4) [...] Já existem os critérios da própria Capes, isso a gente não pode mudar, mas dentro do nosso programa, o critério é pelo mérito em primeiro lugar. Então a pessoa passou em primeiro, segundo, terceiro lugar. (R11, curso nota 6).

Esse gestor chama a nota da seleção com várias etapas, incluindo a entrevista de nota, de meritocracia.

Comparando respostas entre discentes e gestores:

Notamos que tanto os bolsistas quanto os gestores falam a palavra meritocracia em suas respostas, mas a meritocracia pode ser a nota da seleção ou do histórico escolar ou o discente não tem noção de quais critérios foram utilizados, pelo fato do gestor poder decidir após a seleção.

O critério da Capes de não haver possibilidade de receber bolsa recebendo proventos empregatícios ao mesmo tempo, é percebido como regra do PPG, enquanto esse fato não é mencionado pelos gestores. Os gestores sabem que se trata de regra externa à UnB.

Valor da bolsa

A bolsa de estudos geralmente é vista como um prêmio que é dado para os melhores alunos. Os alunos que trabalham não têm direito a ela, mesmo tendo notas excelentes. Um valor de bolsa baixo, atrai o candidato excelente ao mercado de trabalho. Restam aqueles que optam por se dedicar a pesquisa, independentemente do valor da bolsa.

(1) [...] Se a gente contar que tem uma obrigação de participar de congresso, de curso, [...] outros cursos complementares, eu acho que, acho pouco. (R1, curso nota 5).

O valor da bolsa é visto como pouco. Nessa resposta, entendemos que a bolsa não é apenas um quesito de subsistência. O bolsista é obrigado a gastar, de seus próprios recursos, para alcançar regras ou expectativas do PPG. E atender a esses requisitos deve ser obrigatório para que se mantenha a bolsa de estudos.

(2) [...] é um valor complicado, assim, eu acho que sobretudo ele varia muito se você pensar no conjunto de cidades do país, assim, Brasília é uma cidade cara de se viver. (R2, curso nota 5).

O bolsista analisa que o valor de bolsa não sofre influência do custo de vida da cidade em que se realiza a pós-graduação. Ele compara o custo de vida de Brasília com outras cidades que provavelmente tem um custo de vida menor e o mesmo valor de bolsa.

(3) [...] Então, que o aluno possa ter uma renda extra. Porque se o valor é muito pouco, sabendo da realidade de Brasília, neste estágio que a gente tem, para fazer a pesquisa em todos os sentidos de instrumento, de material, que precisa comprar, de gasolina por conta das demandas, de impressões, enfim, toda a estrutura geral, que vai além da pesquisa, ajudaria muito. Ou aumentar o valor da bolsa porque, como eu disse anteriormente, ela é um valor muito baixo para o que a gente precisaria. (R3, curso nota 5).

O bolsista sugere a possibilidade de se poder receber a bolsa e ao mesmo tempo trabalhar. Ele entende o valor como pouco e, para conseguir suprir toda uma demanda de gastos relatados por ele durante seu curso, é necessário um valor maior. Sugere, também, o aumento do valor da bolsa, como forma de solução para que o bolsista possa se dedicar integralmente ao curso.

(4) [...] A bolsa é indispensável, mas está longe de ser suficiente [...] (R6, curso nota 4).

A resposta nos dá a ideia de que apesar da bolsa estar longe de ser suficiente, ela é indispensável, o discente precisa dela para conseguir se manter na pós-graduação.

(5) [...] suficiente para uma vida bem precária. Ainda mais no meu caso, que a minha família não mora aqui. Eu estava aqui por minha conta. (R8, curso nota 7).

Os bolsistas têm particularidades variadas que não são levadas em conta no processo seletivo (considera somente a nota alcançada na seleção). Bolsistas que poderiam se sustentar em Brasília concorrem com quem só mora em Brasília por causa da bolsa de estudos.

(6) [...] O valor da bolsa não é suficiente para influenciar de maneira significativa o desempenho do aluno, acredito que todos que a recebem complementam o sustento trabalhando ou com a ajuda dos pais. Sobretudo nos casos de cursos de doutorado, quem é mestre já consegue dar aula (poucos dias na semana) e conseguir um valor maior do que o da bolsa. (R9, curso nota 4).

A percepção do bolsista sobre os outros bolsistas é que a bolsa não é diferencial para aumentar o desempenho do bolsista e todos precisam complementar a bolsa. Os doutorandos têm maior facilidade de se sustentar por terem requisitos acadêmicos suficientes para dar aula em cursos superiores.

(7) [...] É bem injusto se for pensar que [...] no mercado privado ganharia no mínimo um piso de [...] de 7 mil. A motivação para pesquisar e estudar com esse valor de bolsa fica bem complicada; no Brasil nós fazemos pesquisa pelo gosto da ciência mesmo. Até porque o valor das bolsas já está congelado há mais de 10 anos, sendo que não acompanhou o aumento nem da inflação. De toda forma, sem as bolsas seria impossível continuar, ela que dá a sobrevida mínima da pesquisa, sem ela as pesquisas morreriam de vez (R13, curso nota 3).

Percebe-se que o bolsista está se dedicando à pesquisa não pela razão. Pela razão estaria no mercado de trabalho, percebendo uma remuneração muito maior. Sem as bolsas, muitos discentes qualificados não estariam se dedicando à pesquisa e sim ao mercado de trabalho.

Comparando respostas entre discentes e gestores:

(1) [...] O valor da bolsa hoje está muito desatualizado, realmente não são muitos os alunos que conseguem sobreviver unicamente da bolsa, porém existem esses alunos. (R4, curso nota 4).

O gestor acompanha a atualização dos valores de bolsa e entende que a bolsa não é suficiente para alcançar muitos discentes.

(2) [...] Algumas pessoas a gente sabe que precisam da bolsa para estudar, caso contrário vão ter muita dificuldade. [...] o valor da bolsa, ele é uniforme no Brasil todo

[...] ele foi fazer doutorado em San Francisco e lá as bolsas são diferentes de acordo com a cidade, o custo de vida. E a bolsa dele era diferenciada. Eu acho que isso poderia ser levado em consideração nesse processo, porque o custo de vida de Brasília é muito pesado, muito alto (R7, curso nota 4).

O gestor percebe que o valor da bolsa poderia ser baseado no custo de vida da cidade do curso de pós-graduação, cita até exemplo.

(3) [...] eu acredito que o valor da bolsa deve ser pelo menos o suficiente para dar uma vida mais ou menos digna para o aluno, senão isso compromete o desempenho dele. (R10, curso nota 7).

Um valor de bolsa insuficiente compromete o desempenho do bolsista. Essa resposta nos faz pensar que não há como realizar uma pesquisa que mostra o desempenho do bolsista, conforme o valor de bolsa. No Brasil, os valores de bolsa são os mesmos.

(4) [...] O valor da bolsa não é suficiente e esse não é um critério para ele se dedicar ou não. [...] não sei por que motivo, talvez por conta da pressão em relação a própria questão acadêmica, a bolsa não é suficiente como renda (R11, curso nota 6).

A bolsa de estudos é entendida como complemento e não como renda. O desempenho do aluno não é maior com a bolsa e o gestor apresenta prováveis razões para esse fato.

Comparando respostas entre discentes e gestores:

Brasília é conhecida como uma das cidades mais caras do Brasil. Tanto gestores quanto discentes perceberam a influência de uma cidade com um custo de vida alto sobre os valores de bolsa e a percebem como insuficientes. As respostas foram compatíveis e percebe-se que os gestores acompanham a vivência do bolsista com o atual valor de bolsa.

Há gestores que levam em consideração o perfil e característica própria de cada candidato a bolsa. Distribui a bolsa para dar chance a alguém que tem notas boas, mas não tem condições financeiras de permanecer estudando em uma cidade com alto custo de vida, como Brasília. Essa ideia é compatível com as respostas dos bolsistas que observam a necessidade da bolsa para quem mais precisa.

Doutorandos podem contribuir com pesquisas mais aprofundadas e conseguir retornar melhor o investimento da bolsa em seus 4 (quatro) anos de permanência na

Pós-graduação. Mestrandos têm maior dificuldade por ter apenas 2 anos. Metade do tempo para apresentar resultados da mesma relevância que o doutorando. O doutorando já foi mestrando e, sem uma bolsa, talvez não tivesse chegado ao nível que está.

O mestrando recebe menos tempo de bolsa e tem maior dificuldade de se sustentar sem a bolsa porque o mercado de trabalho geralmente aceita mestres (no mínimo) para dar aulas em cursos superiores. As respostas entre discentes e docentes não foram compatíveis. Os discentes acreditam que o doutorando é aquele que menos precisa da bolsa por ter maior facilidade de trabalhar pelo seu título de mestre. O gestor entende que seria interessante distribuir mais bolsas para os doutorandos por ele ter maior capacidade de apresentar resultados mais relevantes.

Um valor de bolsa insuficiente para se sustentar pode tirar da pós-graduação muitos graduandos com qualificações relevantes. O mercado interno (Brasil) ou o externo podem atrair esse tipo de candidato à pós-graduação. Percebemos, na fala de um discente, como o mercado pode ser atraente para um graduado. O gestor percebeu que o valor de bolsa não alcança muitos discentes. As respostas foram compatíveis com uma noção em comum sobre os problemas que um valor de bolsa insuficiente pode gerar.

Informações de bolsa

A pesquisa institucional ou "*Institutional Research*", como é conhecida fora do Brasil, é uma ferramenta valiosa para que instituições possam se conhecer para evoluírem. Quando pedimos informação sobre as bolsas nos PPG e essas não estão acessíveis, há um sentimento de vazio. Não há como monitorar e evoluir políticas públicas sem a informação.

(1) [...] Não, eu tive que correr atrás e procurar saber dentro do site da própria agência do CNPQ. [...] Quais eram as regras da bolsa. Tinha pouca informação. Assim, você pode dizer que chegar para mim informação, foram poucas. (R1, curso nota 5).

O bolsista sentiu-se desinformado e teve que se informar fora da UnB. O bolsista só relatou sobre regras da agência de fomento e não informou sobre as regras do PPG.

(2) [...] Sim, o nosso Programa tem uma normativa sobre a bolsa, a gente tem reuniões periódicas, semestrais, em que também são diluídas dúvidas e somos quase sempre expostos às exigências nessas reuniões e a gente tem um tempo de envio da documentação, a gente envia semestralmente um relatório comprovando que a gente está atendendo às regras do regimento do Programa. (R2, curso nota 5).

O bolsista percebe que está sendo monitorado e acompanhado periodicamente. Além do mais, o bolsista entende que as regras a que está submetido são regras do PPG e não da agência de fomento.

(3) [...] quando chegou a minha colocação, eu recebi um e-mail dizendo que eu tinha sido escolhida para receber a bolsa e que eu teria que responder esse e-mail no mesmo dia, e que até tantos dias, não me lembro exatamente quantos, se eram 3 ou 5 dias, mas era pouquinho, teria que entregar os documentos na secretaria [...] mas não tem nenhum outro documento [...] explicando de fato as regras. (R3, curso nota 5).

A informação é entendida como emergencial e incompleta. Percebe-se que a bolsista se sentiu pressionada com um prazo curto para entregar sua documentação e não recebeu as informações sobre as regras da bolsa.

(4) [...] As informações, especialmente legais, que tratam da temática bolsa, deveriam ser mais explícitas, objetivas e amparadas na legislação. Não lembro da existência de documentos existentes na pós-graduação que esclareçam as regras. O bolsista possui a legislação para consulta aberta ao público, porém, as instituições deveriam descrever de forma contundente as regras do jogo e o que se deve esperar do aluno bolsista. (R6, curso nota 4).

É percebido nessa fala que o bolsista sabe da existência de regras da agência de fomento e da Pós-graduação, mas não se sente bem informado. Nota-se que ele não entende claramente as expectativas que o PPG tem de seus bolsistas.

(5) [...] No portal do programa existe um documento informando a regra de permanência da bolsa, porém não existem informações sobre a implementação da bolsa, [...] quantas bolsas serão ofertadas pelo processo seletivo, etc. (R14, curso nota 4).

As informações que o bolsista necessita não são apenas aquelas relacionadas aos critérios de seleção ou as regras para se permanecer com a bolsa. O bolsista quer maior transparência no processo de distribuição das bolsas.

(6) [...] Desconheço a existência de um documento oficial, mas as regras foram explicadas de forma clara pela coordenadora do curso. (R15, curso nota 7).

Apesar do bolsista se sentir informado, nota-se que não foi apresentado um documento formal ou uma indicação sobre a disponibilização de informação fora do contexto de uma explicação informal.

Segmentos de entrevistas dos gestores de bolsa, para efeito de triangulação de dados:

(1) [...] Sim, existem documentos na própria inscrição, se fala o número de bolsas disponíveis, que o critério, o edital é muito claro, tem que ser, porque qualquer falha no edital, os alunos questionam. Os critérios têm que estar bem estabelecidos para a concessão das bolsas e eles acompanham muito bem isso aí. (R4, curso nota 4).

O gestor explicou que a informação é repassada antecipadamente, ainda na inscrição. Dessa forma, é possível ao bolsista se planejar antecipadamente, saber o que acontece no caso de ser selecionado.

(2) [...] Não, a gente não tem esse documento, não tem essa informação, isso é feito na secretaria. (R7, curso nota 5).

Conforme a resposta do gestor, percebemos que a informação repassada ao bolsista é informal.

(3) [...] As regras do Programa são bem claras, transparentes, porque esse órgão, a CPG (que administra também a distribuição de bolsas) ele tem representante dos alunos, tanto do mestrado quanto do doutorado. Então os alunos participam dessa discussão e os alunos fazem com que essa notícia chegue a todos. Os critérios, como são elencados, mas basicamente é via histórico escolar. (R10, curso nota 7).

A informação é repassada em um nível informal, mas é uma informação objetiva. A nota do histórico escolar é menos passível de erros por ser exata.

(4) [...] Existem alguns critérios na nossa página, mas existe uma conversa individual com os alunos. Tem um documento oficial (R11, curso nota 6).

Além da informação estar disponível em uma página web, ela é explicada com uma conversa individual. Além da página, há um documento oficial para onde o bolsista possa recorrer no caso de ainda ter dúvidas.

Comparando respostas entre discentes e gestores:

Alguns bolsistas se sentem informados, monitorados e acompanhados. Sabem que as regras as quais estão submetidos, são regras da Pós-graduação. Estão inteirados que existem informações externas às regras do PPG que são públicas, regras formais. As respostas de alguns bolsistas são compatíveis com as repostas do gestor que diz que a informação está disponível facilmente.

Outros bolsistas se confundem, tomando as regras da agência de fomento como regras do PPG. Percebemos que em alguns PPG, a informação não está disponível e esta resposta está compatível com as repostas dos gestores, pois a informação em alguns PPG é ausente ou informal.

Considerações finais

Se as informações sobre as bolsas de estudo fossem passadas de forma antecipada aos candidatos à bolsa, ainda no edital de inscrição do candidato, o futuro bolsista poderia ter tranquilidade para chegar em seu curso sabendo do que se trata todo o processo da bolsa.

Uma informação disponível e transparente é capaz de sanar problemas antes deles acontecerem. Como exemplo, uma página web, há um sentimento de segurança do bolsista quando ele sabe e é informado pessoalmente sobre suas responsabilidades e expectativas em relação ao PPG. O bolsista poderia recorrer a algum canal de atendimento seguro, indicado e orientado desde a sua entrada na pós-graduação, onde a informação estiver mais completa e atualizada.

Entendemos na fala de um respondente que a opinião pessoal de quem participou da seleção como entrevistador, foi um critério adotado para a seleção dos discentes e bolsistas, na ocasião de sua seleção. Esse critério é chamado por gestores e bolsistas por meritocrático. O tema critérios para a seleção de bolsa foi percebido de formas diversas nas entrevistas. Como as seleções de bolsistas são realizadas geralmente em etapas, em datas diferentes, algumas notas das etapas iniciais podem não fazer muita diferença no final da seleção.

Na triangulação de dados sobre os critérios de seleção utilizados pelo PPG, as respostas dos alunos foram bem superficiais. Quando o critério informado foi a classificação na seleção, os critérios da seleção não foram tão detalhados como os

gestores de bolsa o fizeram. Não houve um detalhamento, por parte do bolsista, sobre o que mais influenciou em sua classificação. Foi perceptível a falta de informações detalhadas sobre suas qualidades, quais foram consideradas para acumular pontos e garantir ser selecionado.

Não observamos respostas onde “ter excelência em línguas estrangeiras” tenha sido um fator decisivo ou experiência em projetos internacionais. O discente parece não saber o que mais contou, qual a sua principal característica que elevou as suas chances de ser selecionado. Não há uma importância para o conhecimento profundo em língua estrangeira ou experiência de morar no exterior, o que poderia ser um fator potencializador para a internacionalização da universidade.

As competências do entrevistador em uma seleção foram citadas como um problema de um curso de nota Capes alta. Conforme D’Espíndula et al (2016), “o entrevistador deve estar atento aos próprios sentimentos, preconceitos, valores e expectativas, que podem ser fontes de vieses”. Geralmente o entrevistador é professor da UnB e conhece previamente alguns candidatos. Então, “o entrevistador deverá observar previamente as exigências da entrevista, podendo, assim, perceber-se apto ou inapto para a ocasião”. É comum todos os professores ligados à comissão de seleção de seus PPG conhecerem previamente os ex-alunos, oriundos da graduação da UnB.

Se por um lado, seria interessante aprovar um candidato familiar, que já demonstrou uma maturidade necessária ao curso de pós-graduação anteriormente, por outro, o candidato desconhecido não teve a oportunidade de demonstrar o seu potencial previamente. O gestor de bolsa fala sobre a priorização de bolsas favorecer o discente que não teria condições de fazer a pós-graduação sem bolsa e poderia evitar a sua evasão.

O PDI-UnB 2018-2022, na página 209, informa o percentual de publicação discente do mestrado e do doutorado em periódicos de estrato superior. O índice do mestrado em 2018 foi de 15%, o índice do doutorado de 25%. Esse dado, colhido na UnB e informado no PDI, é compatível com a percepção de um dos gestores sobre o doutorando ter maior potencial de contribuição para a sociedade. Ainda na página 209, item 4.6 do PDI, há um dado sobre o índice de evasão na pós-graduação stricto sensu em 2018. É um índice alto: 19%. Quer dizer que de cada 5 (cinco) alunos da pós-graduação, 1 (hum) não continua estudando na pós-graduação.

O rendimento da bolsa de estudos vinculado ao critério estabelecido pela Capes de não pagar bolsa para quem tem vínculo empregatício abre a possibilidade de o discente ficar livre para viajar. As viagens são importantes para a apresentação de trabalhos, parcerias de trabalho, fora do local de domicílio. A bolsa pode contribuir ainda com o doutorado sanduíche e internacionalização do estudante. Se o discente não recebesse a bolsa de estudos, provavelmente estaria no mercado de trabalho. Quanto maior o período de afastamento para poder passar um tempo de aprendizado no exterior, se necessário, aumenta-se o risco de se perder o emprego.

Uma bolsa com um valor suficiente para que o bolsista possa se sustentar poderia ser um chamariz para candidatos qualificados, que tenderiam a continuar construindo trabalhos de qualidade. Em outras oportunidades, sente-se que algumas falas mostram que discentes com condições financeiras favoráveis continuariam os seus estudos mesmo sem bolsa. Outros incorreriam na evasão, por não conseguirem se sustentar em uma cidade com alto custo de vida, como Brasília.

Referências – Artigo 2

ARNOLDI et al. A entrevista na pesquisa qualitativa - mecanismos para validação dos resultados. 2006 [**Minha Biblioteca**]. Retirado de: < <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582178768> >. Acesso em 16 out. 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Ed 70, 2011.

D'Espíndula et al. (2016). Aspectos éticos e bioéticos na entrevista em pesquisa: impacto na subjetividade. **Revista Bioética**, 24(3). ISSN: 1983-8042. Disponível em: < <https://www.redalyc.org/pdf/3615/361548490010.pdf> >. Acesso em 16 out. 2019.

TCU. **Dez Passos para a Boa Governança**. Brasília, 2014. Disponível em: < <https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A24F0A728E014F0B364AAE1A7E> >. Acesso em 21 jan. 2019.

DRUCKER, Peter. **Managing in turbulent times: 4 Drucker strategies**. Pex Process Excellence Network, 1980. Disponível em: < <http://sapartners.com/wp-content/uploads/2012/08/Drucker-strategies-for-turbulent-times.pdf> >. Acesso em 21 ago. 2018.

FAHAD et al (2018). **Scientific collaboration networks in Pakistan and their impact on institutional research performance: A case study based on Scopus publications**. Library Hi Tech. Disponível em: < <https://doi.org/10.1108/LHT-03-2018-0036> >. Acesso em 16 out. 2019.

GRIBOSKI et al. **Novos indicadores para a educação superior brasileira: Eles são necessários?** 3º simpósio avaliação da educação superior. Disponível em: < https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/179396/102_00654%20-%20ok.pdf?sequence=1&isAllowed=y >. Acesso em 21 jan. 2019.

IPEA – Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada. **Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise**. Ex post. v. 2. Brasília: Ipea. Casa Civil da Presidência da República, 2018. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34504&Itemid=433 >. Acesso em 21 jan. 2019.

JANNUZZI, Paulo de Matino. **Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil**. Revista do Serviço Público. Brasília 56 (2): 137-160 Abr/Jun 2005. Disponível em: < <http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1489/1/2005%20Vol.56%2cn.2%20Jannuzzi.pdf> >. Acesso em 16 fev. 2019.

MAINARDES, Jefferson. **Abordagem do ciclo de políticas: Uma contribuição para a análise de políticas educacionais**. Educ. Soc. Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v27n94/a03v27n94.pdf> >. Acesso em 16/02/2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Construção de Indicadores Qualitativos para Avaliação de Mudanças**. Revista Brasileira de Educação Médica. Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 33 (1 Supl. 1) p. 83-91; 2009 v. 21, n. 64, p. 13-37, mar. 2016. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/rbem/v33s1/a09v33s1> >. Acesso em 25 jan. 2019.

MOROSINI, Marília Costa et al. **A qualidade da educação superior e o complexo exercício de propor indicadores**. Rev. Bras. Educ. Rio de Janeiro, v. 21, n. 64, p. 13-37, mar. 2016. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782016000100013&lng=pt&nrm=iso >. Doi: < <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782016216402> >. Acesso em 25 jan. 2019.

PDI. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2018 – 2022**. Disponível em: < http://www.planejamentodpo.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=20&Itemid=791 >. Acesso em 16 fev. 2019.

SAMPIEIRI, H., Roberto, COLLADO, Fernández, C., LUCIO, B., Pilar, M. D. **Metodologia de Pesquisa**. 5ª edição. 2013 [Minha Biblioteca]. Retirado de: < <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565848367/> >

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. **Análise de Conteúdo: Exemplo de aplicação da Técnica para análise de dados qualitativos**. Qualitas Revista Eletrônica, [S.l.], v. 16, n. 1, mai 2015. ISSN 1677-4280. Disponível em: < <http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/2113> >. Doi: < <http://dx.doi.org/10.18391/qualitas.v16i1.2113> > . Acesso em: 24 abr. 2019.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias. Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-4. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16> >. Acesso em 16 fev. 2019.

Considerações finais

O artigo 1 indicou que a pesquisa institucional é amplamente difundida e utilizada em países desenvolvidos como os Estados Unidos e Canadá. Com o aprofundamento das análises realizadas pelas equipes de pesquisa institucional, a gestão das instituições torna-se cada vez mais apoiada em pesquisa e melhores práticas.

É cada vez mais importante tornar transparente informações institucionais, elas são fundamentais para que se possa refletir e melhorar qualquer processo que envolva políticas públicas, incluindo processos de seleção de bolsas e candidatos à pós-graduação na UnB.

As respostas das entrevistas do artigo 2 foram muito esclarecedoras no sentido de ampliar a visão sobre as formas de seleção implementados na UnB, pois não há um critério base ou padrão a ser seguido para todos os PPG. Nota-se, em algumas respostas, um entendimento sobre o mérito ter prioridade sobre a questão social. Em outras, o mérito está acompanhado de critérios socioeconômicos, em que o perfil do candidato é mais bem detalhado e avaliado individualmente.

A diversidade de opiniões enriquece a pesquisa e contribui para que todos os aspectos sobre cada tema sejam melhor analisados. Percebeu-se que os bolsistas tinham opiniões rasas sobre o que havia contribuído para que eles fossem selecionados como bolsistas. Os gestores de bolsa em contrapartida, detalharam melhor esse processo.

No dia 15/04/2020, (SEI: 23106.034621/2020-66) o DPG – Decanato de Pós-graduação solicitou aos PPGs o levantamento de dados sobre critérios de atribuição de bolsas de estudos a estudantes de pós-graduação. O processo institucional SEI: 23106.036137/2020-71 trouxe a Resolução CPP nº 01/2020 (aprovada na data de 17/04/2020 pela Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação, em sua 1008ª Reunião) sobre a política de ações afirmativas para estudantes negros/as, indígenas e quilombolas nos cursos de Pós-Graduação da Universidade de Brasília. A UnB caminhou na direção de dois assuntos abordados nesse TCFF, nos convidando a refletir a relevância desses assuntos para a gestão e pesquisa institucional.

Produto Técnico - Ações afirmativas na distribuição de bolsas de estudo na Pós-graduação da UnB

A partir de dados e pesquisas construídos por uma equipe treinada em pesquisa institucional é possível entender quais caminhos estão sendo ou não traçados pelas gestões nas diversas instituições públicas, e seus impactos. As políticas públicas são estratégias adotadas pelas instituições no sentido de se equilibrar as metas e objetivos institucionais. Dessa forma, há uma direção para se obter progressos onde o curso normal da gestão não conseguiu estabelecer.

Para que se possa planejar ações com o objetivo de se atingir resultados favoráveis ao desenvolvimento de uma instituição, é necessário a construção de um projeto ou modelo lógico com uma fundamentação sólida e indicadores que se propõem a entender melhor quais são os problemas e como resolvê-los.

Um relatório de 2017, “Delivering through Diversity”, realizado pela empresa McKinsey & Company (reconhecida como líder mundial no mercado de consultoria empresarial) analisou cerca de 1.000 (mil) companhias de 12 países. Seus resultados apontaram que as companhias com maior diversidade de gênero da amostra têm 21% mais chances de apresentar resultados acima da média do mercado. Já as empresas com maior diversidade cultural e étnica têm 33% mais chances. As empresas com o pior desempenho em ambos tipos de diversidade tiveram 29% de chances, maiores, de apresentar um desempenho abaixo da média do mercado.

Para levar a diversidade para as empresas, seria interessante que as universidades públicas dessem acesso e preparo para estudantes diversos, em todos os níveis da educação. A diversidade pode trazer a inovação, característica tão almejada pelas empresas e universidades nos últimos tempos.

A universidade de Harvard, uma das universidades mais reconhecidas do mundo, foi processada na justiça por alunos de origem asiática que se sentiram prejudicados pelos critérios utilizados relacionados à raça para a sua seleção. A universidade informou que utiliza critérios de raça e outros fatores em sua seleção, para diversificar seu corpo estudantil. Embora os estudantes asiáticos apresentassem níveis de qualificação altos, estudantes negros e hispânicos com notas piores eram escolhidos pela universidade. Se o critério de desempenho acadêmico fosse o único utilizado pela Harvard, 43% dos estudantes seriam asiáticos. No entanto, conforme um relatório exploratório realizado pela própria universidade, atualmente a

universidade tem apenas 19% de seus estudantes de raça asiática. Em 01/10/2019, a justiça absolveu a universidade em primeira instância. (G1, 2019)

Entendemos que o respondente R2 percebe ser importante a diversidade como critério para a seleção de bolsas: “[...] A diversidade de sujeitos, ela depende de também uma transparência maior sobre essa questão de bolsa, de números.” (R2, curso nota 5).

O respondente R5 fala do acesso do público a alguns projetos de pesquisa: “[...] Então, na minha opinião, a pessoa interessada tem que ir atrás, ou então, ser disponibilizados alguns projetos de pesquisa para as pessoas, para o público ter acesso e de repente conseguir se encaixar naquilo. Poxa, eu trabalho com tal coisa e gostaria de me inserir nisso e se inscreve no processo de seleção para uma pós-graduação, solicitando uma bolsa para isso, então você consegue tornar a coisa pública e a pessoa ter acesso, se algo público tiver uma certa divulgação, para atingir pessoas que de repente não tem conhecimento daquilo. (R5, curso nota 6).

A bolsa de estudo pode tornar-se uma oportunidade para a mobilidade social. O neurocientista Carl Hart do Hospital da Universidade Columbia, em Nova York, fez três pós-doutorados e foi o primeiro negro a ser contratado como professor titular na área de ciências, de uma das melhores e mais tradicionais universidades americanas. Percebeu desde cedo seus méritos, que poderia ser bom em alguma coisa, tinha facilidade com a matemática e, em sua graduação, descobriu em si outros talentos e habilidades. O pesquisador, em seu passado, era ladrão, ameaçava a população portando armas, era usuário de crack, negro e pobre. Ele só conseguiu mudar o rumo de sua vida, entre outros fatores, por ter ganhado uma bolsa para estudar na prestigiosa (e caríssima) Yale. Por já ser ex-usuário, usou a própria experiência para aprofundar a pesquisa sobre o vício em crack. Se Yale não permitisse a diversidade quando seleciona seus bolsistas, talvez não houvesse a possibilidade de qualquer mudança no rumo da pesquisa sobre o vício em crack ou sobre como prevenir o uso de drogas pela população pobre. Sem a bolsa, Carl Hart provavelmente não se tornaria um pesquisador reconhecido e não poderia imaginar mudar o curso da sua vida, por meio da educação. (SUPERINTERESSANTE, 2018)

Parece que o mundo aprendeu muito com a sua história. As estratégias que não davam certo nas guerras não eram repetidas e estratégias que davam certo, eram aperfeiçoadas. Hoje, surgem questões sobre a importância de algumas áreas do conhecimento em detrimento de outras.

Root-Bernstein (1999) desenvolveu 13 (treze) ferramentas para desenvolver a criatividade e seus estudos envolvendo a polimatia como um modelo para se chegar à inovação. A interdisciplinaridade e a influência entre as áreas do conhecimento não é assunto novo.

O famoso matemático grego Euclides observou que o nosso campo de visão era em forma de cone, com isso, o que era próximo, parecia maior e o que estava longe, parecia menor. Esses conhecimentos foram evoluindo na época do renascimento italiano, com os artistas Giotto di Bondone, Fellipo Brunelleschi, Leon Battista Alberti e Piero della Francesca, até chegar na perspectiva clara de Leonardo da Vinci.

As áreas do conhecimento de um polímata como Leonardo da Vinci eram diversas e ele foi genial em muitas especialidades diferentes. Ele era cientista, matemático, engenheiro, inventor, anatomista, pintor, escultor, arquiteto, botânico, poeta e músico. Influenciou várias áreas do conhecimento com suas descobertas. (ROOT-BERNSTEIN; ROOT-BERNSTEIN, 2013)

É esperado do egresso de bolsista uma contribuição para a comunidade científica como multiplicar o conhecimento recebido por meio de internacionalização, construção profissional em ações inovadoras, gerenciamento de projetos de relevância social e econômica e aumentar o impacto no desenvolvimento econômico, social, regional e nacional. Para que seja possível selecionar um bolsista com múltiplas capacidades, o seu mérito acadêmico precisa ser levado em conta em uma seleção.

As qualidades de um profissional altamente atraente para o mercado de hoje incluem as capacidades de inovação, versatilidade, adaptação e criatividade. As profissões vão se modificando com o tempo e novas características de pesquisadores e pesquisas vão surgindo. Essas tendências de pesquisa e profissionais precisam ser constantemente revistas. O acompanhamento dos egressos da pós-graduação de cada área do conhecimento poderia fornecer subsídios para entender o impacto de seus resultados após a sua titulação e quais as suas características perceptíveis que possam ser usadas em uma seleção.

De posse das principais características dos egressos de destaque, seria possível treinar gestores de bolsa da UnB com práticas e estratégias para a seleção que poderiam obter maiores possibilidades de sucesso.

Em 2018, o MIT selecionou os 35 jovens mais inovadores da América latina, sendo 11 brasileiros:

Antônio Henrique Dianin juntou as áreas de saúde e robótica para melhorar o atendimento de pacientes. Após a sua graduação e 3 (três) especializações, foi para Minnesota - EUA fazer a sua quarta especialização.

Mariana Vasconcelos entrou em um projeto da sua graduação em Administração que lhe permitiu internacionalizar. Por meio de seu aplicativo baseado em inteligência artificial e internet das coisas, tornou a agricultura mais produtiva, sustentável e econômica. Realizou diversas formações complementares no exterior, como nos Estados Unidos e Alemanha.

Mateus Felipe Medeiros Goyas morou na Espanha antes de seu ensino médio, abandonou seus 2 cursos de graduação em Direito e Administração para se dedicar a um aplicativo que ajuda, com exercícios, alunos que farão o Enem.

Michael Kapps, apesar de ser russo e ter feito a sua graduação em Harvard, recebeu verba de um projeto Canadense para aperfeiçoar o seu aplicativo voltado para a atenção à saúde em Santa Catarina.

O paulista Lawrence Lin Murata se graduou na Universidade de Stanford graças à uma plataforma de financiamento coletivo (*crowdfunding*). Seu ponto de partida para o desenvolvimento de um aplicativo de segurança no trânsito foram as aulas de computação no ensino médio e sua inserção em um grupo de estudos.

Lincoln Ando desenvolveu um aplicativo que ajuda a conter fraudes e inadimplência, resultando em maior credibilidade nos documentos. Após a sua graduação na Unicamp, foi estudar em Washington-DC e em Massachusetts (Harvard).

Rodolfo Fiori se formou em Engenharia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Após a sua graduação, fez mestrado em Liderança e Gestão Pública pelo Centro de Liderança Pública da Harvard Kennedy School e em Desenvolvimento Econômico pela London School of Economics. Criou um algoritmo para analisar a gestão pública.

Victor Santos estudou na universidade da Califórnia (Berkeley) e criou um aplicativo que permite avaliar o risco de crédito.

Bruno Mahfuz tornou-se cadeirante aos 17 anos e criou um aplicativo voltado à acessibilidade. Possui graduação em Administração.

Ana Carolina Riekstin criou uma ferramenta que calcula o consumo de energia e suas emissões de carbono. Fez sua graduação, mestrado e doutorado na USP em

áreas de Engenharia Elétrica e Ciência da Computação. Foi bolsista em seu pós-doutorado em tecnologia no Canadá. (ÉPOCA, 2018)

Esses estudantes citados têm, em sua maioria, algumas características em comum. Quase todos se internacionalizaram para avançar seus conhecimentos. Quase todos não fizeram doutorado e a maioria possui apenas a graduação.

Para elaborar um produto democrático nesse trabalho, que atendesse aos anseios variados, demonstrados por meio de vários pontos de vista nas respostas dessa pesquisa, foram consideradas as seguintes falas para a construção de uma sugestão de modelo de edital (para a seleção de bolsas de estudo para discentes de pós-graduação):

R8: Sem a bolsa eu não conseguiria fazer o mestrado. Além de ter me dado condições de fazer pós-graduação, a bolsa da Capes é um cartão de visita, digamos assim. Um selo de qualidade que te permite, por exemplo, posteriormente conseguir outras bolsas; de certa forma contou positivamente ter tido bolsas da Capes. Tive uma bolsa no Doutorado para fazer doutorado-sanduíche. Não era da Capes, era da comissão Fulbright, tem análise de currículo e eu acho que uma das coisas que contou foi isso, lá foram 10 meses nos Estados Unidos enriquecendo o meu trabalho.

R8: Eu só acho que na minha época não tinha nenhum critério socioeconômico, então eu percebi que os meus colegas que eram de classe média, muitos não precisavam da bolsa. Geralmente eram os melhores colocados no processo seletivo. A bolsa era algo que eles usavam para viajar, para comprar livros, mas que não era parte da subsistência, não era o meu caso.

R2: essa é a diferença da bolsa do PPGE, tem um vínculo socioeconômico, ela está dizendo que para o Programa é bem-vindo outros sujeitos e aí não só os sujeitos que geralmente estão na Pós-Graduação.

R3: vi sim, muita gente tendo que abandonar o mestrado no meio do caminho porque chegou a um nível que não estava mais dando conta de segurar a onda.

R13: As bolsas de pós devem se focar em meritocracia, visto que o aluno já deve ter tido um apoio anteriormente, vale agora ele mostrar que é capaz de concorrer justamente com todos.

A falta de informação ao bolsista pode gerar angústia desnecessária. Regras claras, disponíveis, podem possibilitar um melhor planejamento do candidato sobre a sua documentação. O discente que trabalha deve planejar a sua demissão. Quem já recebe alguma bolsa ou remuneração, deve optar e solicitar seu afastamento ou encerramento de contrato no prazo estabelecido pelo PPG. Então, uma sugestão de modelo de seleção em que todas as informações já estivessem disponíveis, favorece o planejamento do estudante. Além disso, as informações completas poderiam influenciar os discentes diminuindo seu estresse e angústia quando seu futuro ainda é incerto. A vinculação do prazo de pós-graduação com o prazo de bolsa (para não haver atraso para a titulação do bolsista) também evitaria estresse do aluno e do orientador que poderia contar com o término do prazo de estudo no prazo previsto.

As explicações que nos são dadas por meio das representações sociais sobre os principais motivos da evasão da pós-graduação podem nos fornecer um panorama do que pode melhorar para mitigar esse problema. A motivação para se permanecer na pós-graduação poderia ser a falta de recursos financeiros, assistência ou incapacidade de conciliar o estudo com o trabalho. Nesse sentido, analisar a situação socioeconômica do discente de pós-graduação para destinar bolsas de estudo poderia ser útil para ajudar na permanência do pós-graduando em seu curso.

Se por um lado, separar uma cota de vaga para um determinado público poderia engessar a seleção, ter que disponibilizar bolsas apenas para indivíduos com problemas socioeconômicos ou apenas para candidatos com notas altas ou só para candidatos que tivessem notas boas em uma entrevista, poderia impactar a pesquisa e não contribuir com resultados criativos, inovadores e relevantes.

A bolsa poderia servir para premiar/destacar um aluno com um projeto relevante já em andamento, independente de sua classe social. É complicado atender a um futuro perfil de discente, não há como saber quais os discentes que provavelmente trarão ou não resultados relevantes para o desenvolvimento do país.

A sugestão desse projeto seriam critérios que poderiam tornar a seleção de bolsa com mais diversidade e com candidatos que pudessem contribuir com a internacionalização, projetos inovadores, de relevância social e econômica:

1 - Análise do critério social dos candidatos à bolsa associado ao mérito (seriam avaliados requisitos de destaque do candidato perante outros candidatos na mesma situação social, condição física (portadores de necessidades especiais), raça e

maturidade de pesquisador). Estratégia para conter a evasão e dar oportunidade para candidato que de outra forma não conseguiria obter mobilidade e/ou transformação social. Candidatos desfavorecidos economicamente, que tiveram bolsa de estudo na graduação, geralmente precisam da continuidade da bolsa na pós-graduação;

2 - Maiores informações sobre candidato que tenha potencial de contribuir com a internacionalização na universidade (seriam avaliados a nacionalidade do candidato e/ou seu conhecimento avançado em idiomas, viagens e moradia no exterior com ênfase na pesquisa);

3 - Cruzamento de dados de candidatos que já receberam bolsa anteriormente e estão em um processo de construção de conhecimento na vida acadêmica. Candidatos que teriam potencial para gerar patentes ou estudos inovadores de relevância internacional. Características de interdisciplinaridade para ampliar área de pesquisa. Análise prioritariamente meritocrática.

As entrevistas foram norteadoras para muitas percepções sobre os critérios de seleção à bolsa. Os programas de pós-graduação que utilizam a nota da seleção ao curso de pós-graduação para fazer o ranqueamento dos primeiros colocados para recebimento de bolsa, têm algumas vantagens com relação a esse tipo de seleção. Como exemplo, os gastos com uma nova seleção seriam evitados. A desvantagem é que a nota da classificação da seleção pode ser influenciada pela entrevista. Essa etapa é realizada pela comissão de seleção que pode desclassificar o candidato ou até movimentá-lo drasticamente em seu posicionamento inicial. Então, essa nota pode ser influenciada por muitos motivos relacionados à percepção pessoal e momentânea do entrevistador.

O candidato pode receber nota alta ou baixa pelo estado de ânimo do candidato ou entrevistador naquele dia. A entrevista pode excluir um candidato que estava bem posicionado em todas as etapas anteriores, pois ela não é classificatória. Se houvesse um estudo sobre a vida pregressa de um candidato (na época de sua seleção) que tenha dado retorno acadêmico relevante, poderíamos saber as características de um bom pleiteante. Esse estudo poderia nortear critérios com propriedade de alterar a classificação de um candidato em uma entrevista. Prever um futuro discente de

excelência em uma entrevista, sem considerar as etapas de seleção anteriores, como a seleção é feita hoje, não dá transparência ao processo.

A proposta desse produto é também sugerir critérios claros que pudessem analisar o candidato pela entrevista e sugerir ainda que a etapa da entrevista não fosse eliminatória. Esse estudo de comparação poderia gerar um estudo muito mais abrangente sobre as características dos discentes que apresentam desempenho de destaque após a conclusão de seus estudos e bolsa. Essas características seriam importantes para se selecionar melhor os bolsistas em todo o Brasil.

Os critérios da entrevista poderiam ser baseados em análises de etapas anteriores como alguns utilizados e divulgados pela Capes como:

1 - Grau de internacionalização;

2 - Inovação;

3 - Relevância social;

4 - Relevância econômica;

5 - Impacto social, regional e nacional que a sua aprovação traria para o desenvolvimento econômico de sua região de domicílio.

Sem critérios claros e definidos, essa entrevista poderia ser influenciada por fatores emocionais e pessoais que não são característicos de um pensamento acadêmico racional.

Comparar bolsistas e não bolsistas, aqueles que realizaram o curso de Pós-Graduação trabalhando e aqueles que se dedicaram integralmente aos estudos, entre outras comparações, forneceriam subsídios para analisar melhor o perfil do candidato.

Considerações Finais (Produto Técnico)

Para que a UnB possa ofertar bolsas de estudo que possam atender a todo tipo de estudante, há a necessidade de se obter aumento da quantidade de bolsas de estudo. Os investimentos na UnB, pelo governo, vêm caindo ano a ano, de mais de 47 milhões em 2016 para 5 milhões em 2019, segundo dados informados pela UnB.

Desde 2019, houve cortes de orçamento em 48% dos cursos de mestrado e doutorado e 59% das bolsas de estudo foram extintas. Na prática, em torno de 428 pesquisas foram prejudicadas. Para que haja investimento nas ações afirmativas e se atenda pesquisadores diversificados, é imprescindível o aumento de recursos

financeiros para os PPGs, quantidade de bolsas para atender também ao público oriundo das ações afirmativas e valor que já se encontrava defasado há anos.

Referências (Produto Técnico)

G1 (2019). **Ação afirmativa de Harvard não prejudica asiáticos diz justiça dos EUA**. Disponível em: < <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/10/04/acao-afirmativa-de-harvard-nao-prejudica-asiaticos-diz-justica-dos-eua.ghtml> >. Acesso em 19/02/2020.

CAPES (2018). **Comissão do PNPG analisa sugestões para o aprimoramento do modelo da avaliação**. Disponível em: < <https://capes.gov.br/36-noticias/9037-comissao-do-pnpg-analisa-sugestoes-para-o-aprimoramento-do-modelo-da-avaliacao-da-pg> >. Acesso em 19/02/2020.

SUPERINTERESSANTE (2014). **Comportamento/crack tudo o que sabíamos sobre ele estava errado**. Disponível em: < <https://super.abril.com.br/comportamento/crack-tudo-o-que-sabiamos-sobre-ele-estava-errado/> >. Acesso em 19/02/2020.

ÉPOCA Negócios (2018). **Empresas com maior diversidade cultural e de gênero são mais lucrativas mostra estudo**. Disponível em: < <https://epocanegocios.globo.com/Vida/noticia/2018/01/empresas-com-maior-diversidade-cultural-e-de-genero-sao-mais-lucrativas-mostra-estudo.html> >. Acesso em 19/02/2020.

ROOT-BERNSTEIN, Robert; ROOT-BERNSTEIN, Michèle. **Sparks of Genius: The 13 Thinking Tools of the World's Most Creative People**. Disponível em: < <https://books.google.co.uk/books?hl=en&lr=&id=dZyPAAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA1&dq=Root-Bernstein&ots=xXXaj7q8og&sig=kHMX8YNpuqrbBxM3CV5mtmnEWZs#v=onepage&q=Root-Bernstein&f=false> >. Acesso em 19/02/2020.

Referências

ABMES. **Portaria nº 46, de 10 de janeiro de 2005**. ABMES - Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, 2005. - Disponível em: <https://www.abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Port_46_100105.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2019.

ARNOLDI et al. **A entrevista na pesquisa qualitativa - mecanismos para validação dos resultados**. 2006 [Minha Biblioteca]. Retirado de: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582178768/>

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Ed 70, 2011

CABRITO, Belmiro Gil. **Avaliar a qualidade em educação: avaliar o quê? avaliar como? avaliar para quê?** Cad. Cedes, Campinas, vol. 29, n. 78, p. 178-200, maio/ago. 2009. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v29n78/v29n78a03.pdf>>. Acesso em 25 jan. 2019.

CAPES. **Portaria nº 52 de 26 setembro de 2002**. Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/relatorios/Portaria_52_Regulamento_DS.pdf>. Acesso em 09 jul. 2019.

CAPES. **Portaria nº 76 de 14 de abril de 2010**. Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2010. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria_076_RegulamentoDS.pdf>. Acesso em 09 jul. 2019.

CAPES. **Distribuição de bolsas de Pós-graduação pela Capes no ano de 2016**. Brasília: Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2018a. Disponível em: <<https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>>. Acesso em 21 jan. 2019.

CAPES. **Distribuição de discentes de Pós-graduação matriculados no Brasil em 2016**. Brasília: Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2018b. Disponível em: <<https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>>. Acesso em 21 jan. 2019.

CAPES. **Programas Institucionais no País**. Brasília: Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2018c. Disponível em: <<http://capes.gov.br/bolsas/bolsas-no-pais>>. Acesso em 21 jan. 2019.

CAPES. **Os critérios da avaliação**. Brasília: Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, out, 2007. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/artigos/Artigo_10_08_07.pdf>. Acesso em 16 abr. 2019.

CAPES. **Quadrienal 2017 apresenta mudanças na avaliação da pós-graduação**. Brasília: Capes- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, jul

2017. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/8456-quadrinial-2017-apresenta-mudancas-na-avaliacao-da-pos-graduacao> >. Acesso em 16 abr. 2019.

CAPES. Programas. Instituições e Programas de Pós-graduação atendidos pelo Programa de Demanda Social. Brasília: Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2018d. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/19122019-DS-IES-e-PPG.pdf> >. Acesso em 21 abr. 2019.

CAPES. Resultado da Avaliação Quadrienal. Brasília: Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2018e. Disponível em: <<http://avaliacaoquadrienal.capes.gov.br/resultado-da-avaliacao-quadrinial-2017-2>>. Acesso em 21 abr. 2019.

CAPES. Produção Intelectual de Programas de Pós-graduação Stricto Sensu no Brasil de 2017. Brasília: Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2018f. Disponível em: < <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/coleta-de-dados-producao-intelectual-de-programas-de-pos-graduacao-stricto-sensu-no-brasil-de-2017> >. Acesso em 21 jan. 2019.

CAPES. Relação das Instituições de Ensino Superior e Programas de Pós-Graduação participantes. Brasília: Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2018g. Disponível em: < <https://capes.gov.br/images/stories/download/editais/19122019-DS-IES-e-PPG.pdf> >. Acesso em 21 jan. 2019.

CEPE. Resolução 80/2017 - Regulamenta os Programas de Pós-graduação stricto sensu da Universidade de Brasília. Brasília, 2017. Disponível em: < <http://www.fd.unb.br/images/Pos-Graduacao/Normas/Resolucao-CEPE-80-2017.pdf> >. Acesso em 16 fev. 2019.

CARVALHO, Olgamir Francisco de; KIPNIS, Bernardo. **Educação Profissional em uma Perspectiva internacional comparada e suas repercussões no Brasil.** Linhas Críticas, Brasília, DF, v. 16, n. 30, p. 49-70, jan./jun. 2010. ISSN 1516-4896. Disponível em: < <https://www.redalyc.org/pdf/1935/193514392003.pdf> >. Acesso em 16 fev. 2019.

CHIRIKOV, Igor. **Research universities as knowledge networks: the role of institutional research.** Studies in Higher Education, 38:3, 456-469, DOI:10.1080/03075079.2013.773778. Mar 2013. Disponível em: <<https://www.hse.ru/data/2013/07/25/1308468992/Chirikov%20Research%20Universities%20as%20Knowledge%20Networks.pdf>>. Acesso em 10 abr. 2019.

DRUCKER, Peter. **Managing in turbulent times: 4 Drucker strategies.** Pex Process Excellence Network, 1980. Disponível em: < <http://sapartners.com/wp-content/uploads/2012/08/Drucker-strategies-for-turbulent-times.pdf> >. Acesso em 21 ago. 2018.

ELER, Guilherme. **O que diz a nova política de internacionalização da Capes.** Nexo Jornal. Ago 2018. Disponível em: < <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/08/23/O-que-diz-a-nova-pol%C3%ADtica-de-internacionaliza%C3%A7%C3%A3o-da-Capes> >. Acesso em 16 abr. 2019.

D'ESPÍNDULA et al. **Aspectos éticos e bioéticos na entrevista em pesquisa: impacto na subjetividade.** Revista Bioética, 24(3). ISSN: 1983-8042, 2016. Disponível em: < <https://www.redalyc.org/pdf/3615/361548490010.pdf> >. Acesso em 16 out. 2019.

FAHAD et al. **Scientific collaboration networks in Pakistan and their impact on institutional research performance: A case study based on Scopus publications.** Library Hi Tech, 2018. Retirado de: < <https://doi.org/10.1108/LHT-03-2018-0036> >.

GRIBOSKI et al. **Novos indicadores para a educação superior brasileira: Eles são necessários?** 3º simpósio avaliação da educação superior. Disponível em: < https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/179396/102_00654%20-%20ok.pdf?sequence=1&isAllowed=y >. Acesso em 21 jan. 2019.

HODGSON, Geoffrey M. **Prospects for institutional research.** RAUSP Management Journal. Vol. 54 No. 1, 2019 pp. 112-120. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rmj/v54n1/2531-0488-RMJ-54-1-0112.pdf> >. Acesso em 26 jun. 2019.

IPEA – Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada. **Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise.** Ex post. v. 2. Brasília: Ipea; Casa Civil da Presidência da República, 2018. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34504&Itemid=433 >. Acesso em 21/01/2019.

JANNUZZI, Paulo de Matino. **Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil.** Revista do Serviço Público Brasília, 56 (2): 137-160 Abr/Jun 2005. Disponível em: < <http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1489/1/2005%20Vol.56%2cn.2%20Jannuzzi.pdf> >. Acesso em 16 fev. 2019.

KIRBY, Yvonne Kochera; FLOYD, Nancy. D. **Maximizing Institutional Research Impact Through Building Relationships and Collaborating Within the Institution.** New Directions for Institutional Research, no. 166. Wiley Periodicals, Inc. 2016. Disponível em: < <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/ir.20130> >. Acesso em 10 abr. 2019.

LÉVY, Pierre. **Inteligência coletiva.** Para uma antropologia do ciberespaço, 5ª ed. [S.I.]: Loyola. 212 páginas. 2007.

MARCHIORI, Edson. **Pesquisas multi-institucionais. Multi-institutional research.** Radiol Bras. 2012 Jan/Fev;45(1):V. 0100-3984. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rb/v45n1/01.pdf> >. Acesso em 17 jun. 2019

MAINARDES, Jefferson. **Abordagem do ciclo de políticas: Uma contribuição para a análise de políticas educacionais.** Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v27n94/a03v27n94.pdf> >. Acesso em 16 fev. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Construção de Indicadores Qualitativos para Avaliação de Mudanças.** Revista Brasileira de Educação Médica, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro , 33 (1 Supl. 1) p. 83-91; 2009 v. 21, n. 64, p. 13-37, mar. 2016. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/rbem/v33s1/a09v33s1> >. Acesso em 25 jan. 2019.

MOROSINI, Marilia Costa et al. **A qualidade da educação superior e o complexo exercício de propor indicadores.** Rev. Bras. Educ. Rio de Janeiro, v. 21, n. 64, p. 13-37, mar. 2016. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782016000100013&lng=pt&nrm=iso >. < <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782016216402> >. Acesso em 25 jan. 2019.

PDI. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2018 – 2022.** Disponível em: < http://www.planejamentodpo.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=20&Itemid=791 >. Acesso em 16 fev. 2019.

ROCHA et al. **Análise da produção científica sobre teoria da agência e assimetria da informação.** REGE. São Paulo – SP, Brasil, v. 19, n. 2, p. 329-342, abr./jun. 2012. Disponível em: < https://ac.els-cdn.com/S180922761630306X/1-s2.0-S180922761630306X-main.pdf?_tid=77e077fc-56bf-458e-b324-78e50293e4b5&acdnat=1550336553_d675a674e76f8568e1b92dbf3bb8a977 >. Acesso em 16 fev. 2019.

SAMPIEIRI, H., Roberto, COLLADO, Fernández, C., LUCIO, B., Pilar, M. D. **Metodologia de Pesquisa.** 5ª edição. 2013 [Minha Biblioteca]. Retirado de <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565848367/>

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. **Análise de Conteúdo: Exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos.** Qualitas Revista Eletrônica, [S.I.], v. 16, n. 1, mai 2015. ISSN 1677-4280. Disponível em: < <http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/2113>>. doi: < <http://dx.doi.org/10.18391/qualitas.v16i1.2113> >. Acesso em: 24 apr. 2019.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura.** Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-4. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16> >. Acesso em 16 fev. 2019.

SWING, Randy L.; ROSS, Leah Ewing. **A New Vision for Institutional Research.** *The Magazine of Higher Learning*, v48 n2 p6-13 2016. Disponível em: < <https://eric.ed.gov/?id=EJ1102244> >. Acesso em 10 abr. 2019.

TCU. **Dez Passos para a Boa Governança.** Brasília, 2014. Disponível em: < <https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A24F0A728E014F0B364AAE1A7E> >. Acesso em 21 jan. 2019.

TERENZINI, Patrick T. **"On the Nature of Institutional Research" Revisited: "Plus ça Change..."?** *Research in Higher Education*, v54 n2 p137-148 Mar 2013. Disponível em: < <https://eric.ed.gov/?id=EJ994575> >. Acesso em 10 abr. 2019.

GLOSSÁRIO

Avaliação Top-down	Esse tipo de avaliação é bastante tradicional, também conhecida como avaliação de cima para baixo. É a clássica avaliação de desempenho onde os gestores monitoram os resultados dos colaboradores.
Institutional Research	A pesquisa institucional é um amplo trabalho realizado em escolas, faculdades e universidades para informar a tomada de decisões e o planejamento do campus em áreas como admissões, ajuda financeira, avaliação de currículo, gestão de matrículas, contratação de pessoal, vida estudantil, finanças, instalações, atletismo e relações com ex-alunos.
Institutional researchers	Os pesquisadores institucionais podem trabalhar tanto centralizados em um único escritório de pesquisa institucional ou descentralizados. Não há um único grau acadêmico que qualifique um pesquisador institucional, mas os pontos fortes sugeridos para o profissional " <i>institutional researcher</i> " incluem o conhecimento de estatística, métodos de pesquisa (por exemplo, pesquisa de opinião e grupos focais) e ferramentas de relatórios e visualização de dados baseados em computador (por exemplo, SPSS, SAS, R, STATA, <i>Microsoft Access</i> , <i>Microsoft Excel</i> , <i>MicroStrategy</i> e SQL). Outras habilidades importantes são comunicação escrita e oral, atenção aos detalhes e conhecimento sobre como as instituições de ensino superior operam. Várias universidades americanas oferecem programas de certificado de pós-graduação em pesquisa institucional.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

Convidamos o(a) Senhor(a) a participar voluntariamente do projeto de pesquisa “Programas de Pós-graduação da Universidade de Brasília e a concessão de bolsas de estudo. Um estudo na ótica dos bolsistas e gestores em um contexto de Pesquisa Institucional”, sob a responsabilidade do pesquisador(a) Valquíria Batista. O projeto visa estudar na Universidade de Brasília - UnB o fenômeno da política pública Programa Demanda Social da Capes que fomenta a concessão de estudo para Pós-graduandos.

O objetivo desta pesquisa é explicar os critérios utilizados pela UnB para a concessão de bolsas de estudo, considerando-se a ótica dos bolsistas e gestores em um contexto de Pesquisa Institucional.

O(a) senhor(a) receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e lhe asseguramos que seu nome não aparecerá sendo mantido o mais rigoroso sigilo pela omissão total de quaisquer informações que permitam identificá-lo(a).

A sua participação se dará por meio de uma entrevista que será gravada em local a ser definido dentro da Universidade de Brasília. O tempo estimado de 30 min para sua realização. Há a possibilidade de o pesquisador/entrevistador entrar em contato novamente no caso de a pesquisa necessitar de maiores esclarecimentos.

Se o(a) senhor(a) aceitar participar, contribuirá para que a UnB possa agregar conhecimento para poder formular estratégias de gasto público tomando decisões embasadas em pesquisa.

O(a) Senhor(a) pode se recusar a responder (ou participar de qualquer procedimento) qualquer questão que lhe traga constrangimento, podendo desistir de participar da pesquisa em qualquer momento sem nenhum prejuízo para o(a) senhor(a). Sua participação é voluntária, isto é, não há pagamento por sua colaboração.

Caso haja algum dano direto ou indireto decorrente de sua participação na pesquisa, o(a) senhor(a) deverá buscar ser indenizado, obedecendo-se as disposições legais vigentes no Brasil.

Os resultados da pesquisa serão divulgados inicialmente sob forma de dissertação, provavelmente no primeiro semestre de 2020, no repositório institucional da biblioteca da UnB. A pesquisa poderá ser publicada sob forma de artigo posteriormente.

Os dados e materiais serão utilizados somente para esta pesquisa e ficarão sob a guarda do pesquisador por um período de cinco anos, após isso serão destruídos.

Se o(a) Senhor(a) tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, por favor envie e-mail para mestradoeducacaoofe@gmail.com ou entre em contato com a Pós-graduação em Educação da UnB, telefone da secretaria da Pós-graduação em Educação (61) 3107-6194.

As dúvidas com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do participante da pesquisa também podem ser esclarecidos pelo telefone da secretaria da Pós-graduação em Educação (61) 3107-6194 ou pelo e-mail ppgemp@unb.br ou solicitacaomp@gmail.com. A Pós-graduação em Educação localiza-se na Faculdade de Educação, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Universidade de Brasília, Asa Norte - CEP 70.910-900.

Caso concorde em participar, pedimos que assine este documento que foi elaborado em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável e a outra com o Senhor(a).

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado (a) dos objetivos do estudo “Programas de Pós-graduação da Universidade de Brasília e a concessão de bolsas de estudo. Um estudo na ótica dos bolsistas e gestores em um contexto de Pesquisa Institucional”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Brasília-DF, _____ de _____ de 20__

Nome e assinatura do Participante de Pesquisa:

Nome e assinatura do Pesquisador Responsável:

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA GESTOR

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA COMISSÃO DE BOLSAS – UnB

Data /hora:

Declara que concorda em participar desta pesquisa?

1ª Parte das perguntas - Dados objetivos:

1. Nome:

2. Idade:

3. Sexo:

4. Cargo / Função na UnB?

5. Pós-graduação na qual trabalha?

6. Tempo de exercício na comissão de bolsas?

2ª Parte. Dados subjetivos:

1 - Quais critérios são utilizados para a seleção de bolsas de estudo?

2 - O valor da bolsa é suficiente para influenciar ou garantir maior dedicação e desempenho do aluno? Se não, por quê?

3 – Como o aluno recebe as regras e informações sobre as bolsas, ele recebe claramente as informações, existe algum documento oficial do Programa de Pós-Graduação esclarecendo as regras?

4 - Quais exemplos de situações bem-sucedidas você acompanhou sobre a concessão de bolsa de estudo? A bolsa de estudo tem importância para melhorar o desempenho do aluno?

5 - Como o gestor lida com a quantidade de bolsas, a quantidade de bolsas é sempre suficiente?

6 - Como o gestor vê a relação do Programa com o DPG, ele recebe apoio, é necessário o gerenciamento das bolsas pelo DPG ou esse serviço poderia ser totalmente descentralizado?

7 - Como critérios de seleção da bolsa de estudo podem atingir uniformemente aos alunos, fomentando maior impacto social, garantindo maior equidade em sua seleção? Sabe de algum exemplo?

8 - Quais os principais problemas relacionados à concessão de bolsas de estudo ou à seleção de bolsa e quais sugestões seriam adequadas a esses problemas?

9 - As informações desta pesquisa podem servir para um melhor gerenciamento da política pública de concessão de bolsas de estudo? Se sim, como? Sabe de algum exemplo?

10 - Qual a importância de se mapear estas informações sobre concessão de bolsa de todos os Programas de Pós-graduação da UnB que consentiram em colaborar para a pesquisa?

11 - Na sua percepção, é importante a reserva de pelo menos uma vaga de bolsa de estudo, para atender a discente que tenha perfil de ações afirmativas (negro, índio, financeiramente incapaz) que gere algum impacto social ou promova a heterogeneidade na seleção de concessão de bolsas?

Algo a acrescentar?

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA DISCENTE

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA PARA DISCENTES DE PÓS-GRADUAÇÃO – UnB

OBS: Os dados e respostas dos respondentes se manterão sob sigilo até 5 anos, quando serão destruídos.

1ª Parte das perguntas - Dados objetivos:

1. Nome:

2. Idade:

3. Sexo:

*4. Programa de Pós-graduação no qual estuda (Mestrado/Doutorado)?

*5. Área da Pós-graduação na qual estuda? Ex: Educação

*6. Tempo total como estudante bolsista de Pós-graduação na UnB?

7. Estado civil:

2ª Parte. Dados subjetivos:

1 - Quais critérios foram utilizados para a sua seleção para a concessão de bolsas de estudo? Você se recorda? O valor da bolsa é suficiente para influenciar ou garantir maior dedicação e desempenho do aluno? Se não, por quê?

2 - Como as regras e informações sobre as bolsas são percebidas por você? Você recebe claramente as informações, existe algum documento oficial do Programa de Pós-Graduação esclarecendo as regras?

3 - Quais exemplos de situações bem-sucedidas você acompanhou sobre a concessão de bolsa de estudo? A bolsa de estudo tem importância para melhorar o desempenho do aluno? Ex: Se não tivesse a bolsa não conseguiria fazer o mestrado ou publicar. Pode ser uma experiência própria.

4 - Como o aluno lida com a quantidade de bolsas, a quantidade de bolsas é sempre suficiente? Ex: Viu alunos que queriam a bolsa e não conseguiram

5 - Como você vê a relação do Programa com o DPG, recebeu apoio, é necessário o gerenciamento das bolsas pelo DPG ou esse serviço poderia continuar totalmente descentralizado no Programa de Pós-Graduação?

6 - Como critérios de seleção da bolsa de estudo podem atingir uniformemente aos alunos, fomentando maior impacto social, garantindo maior equidade em sua seleção? Sabe de algum exemplo?

7 - Quais os principais problemas relacionados à concessão de bolsas de estudo, você teve algum? ou problemas em relação à seleção de bolsa e quais sugestões seriam adequadas a esses problemas?

8 - As informações desta pesquisa podem servir para um melhor gerenciamento da política pública de concessão de bolsas de estudo? Se sim, como? Sabe de algum exemplo?

9 - Qual a importância de se mapear estas informações sobre concessão de bolsa de todos os Programas de Pós-graduação da UnB que consentiram em colaborar para a pesquisa?

10 - Na sua percepção, é importante a reserva de pelo menos uma vaga de bolsa de estudo, para atender a discente que tenha perfil de ações afirmativas (negro, índio, financeiramente incapaz) que gere algum impacto social ou promova a heterogeneidade na seleção de concessão de bolsas?

Algo a acrescentar, possibilidade de informações futuras. Agradecimento.